



8 de março

ESTA FESTA É NOSSA



ANO 2 - Nº 6
MARÇO-ABRIL 1982 - Cr\$ 100,00

MULHERES

...ncio e cúmplice da vi

E a solidariedade?

Acabo de receber, com o prazer de sempre, o último número do **Mulherio** e foi com alegria que li a matéria sobre Bertha Lutz, homenagem mais que justa à pioneira incontestada do feminismo, entre nós. Entretanto, fiquei chocada com a frase que encerra o artigo — "morreu sozinha e esquecida em um asilo" — pois ela não corresponde absolutamente à verdade dos fatos. Tal fato, se verdadeiro, jogaria no banco dos réus pelo menos uma dúzia de amigas e companheiras de luta que estiveram com ela até os últimos momentos. Como me incluo entre estas e me orgulho de dizê-lo, peço a vocês a gentileza de restabelecer a verdade dos fatos, a partir das seguintes informações.

1. A notícia de que ela havia morrido em um asilo, abandonada, foi passada por uma antiga amiga de Bertha, muito mal-informada, ao **Jornal do Brasil** e nunca foi desmentida.

2. Bertha Lutz, uns três ou quatro meses antes de morrer, quando já ia perdendo de modo acelerado a lucidez, foi internada em uma casa geriátrica de muito bom nível, com acompanhamento permanente de uma enfermeira particular.

3. Estive lá inúmeras vezes, durante o horário de visitas, e nunca deixei de encontrar amigas suas, dos velhos tempos, que se revezavam no atendimento, também material, providenciando a venda de sua casa, o cuidado aos seus animais de estimação, a coleta de seus arquivos, etc.

Bertha Lutz era velha, solteira e não tinha parentes próximos e isto é suficiente para que, em uma sociedade dominada pelo preconceito de que somente a família pode dar "assistência desinteressada", estejamos condenadas a morrer sós e abandonadas, nós, as solteiras, sem família. São, provavelmente, os velhos amigos que acabam por nos lançar nos asilos...

5. Finalmente, quero perguntar a vocês o que se poderia esperar mais da decantada solidariedade feminista se uma figura do porte e do valor de Bertha Lutz tivesse morrido só e esquecida em um asilo? Muito pouco, não é mesmo? Um abraço da **Moema Toscano, R.J.**

Contestando um artigo

Um equívoco lamentável ocorreu no **Mulherio** nº 3, no artigo da antropóloga Ruth Cardoso, publicado à página 19. A autora foi certamente informada por fontes tendenciosas, ligadas ao grupo "Psychanalyse et Politique", ou desconhece o papel que esse grupo e seu "MLF" têm desempenhado no contexto do movimento feminista francês.

Os cartazes que aparecem na fotografia que ilustra o artigo colocam o MLF — Mouvement de Libération des Femmes — a serviço da campanha de Mitterrand. Não que as feministas francesas sejam anti-Mitterrand; mas a verdade é que o movimento feminista francês **NAO** apoiou ostensivamente, como bloco ou instituição, a campanha socialista. O "MLF" que aparece nos cartazes é uma marca comercial registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial no dia

30 de novembro de 1979, pelo grupo "Psychanalyse et Politique", mais conhecido por "Psychépo", apenas um dos inúmeros grupos que compõem o movimento de mulheres na França.

A partir do registro dessa marca comercial, que lhes dá o direito legal de desautorizar o uso da sigla por qualquer outro grupo, entidade ou instituição, Psychépo foi completamente isolado do movimento feminista francês, atuando à margem dele e mesmo contra ele. O isolamento é tão grande que a "Association du Mouvement pour les Luttes Féministes" publicou no começo deste ano um volume de denúncia das atividades desse grupo: "Crônicas de uma impostura", com prefácio de Simone de Beauvoir e artigos de representantes de todos os demais grupos do movimento. Psychépo e sua mentora intelectual, Antoinette Fouques, estão literalmente no index das feministas francesas. A denúncia internacional desse engodo tem sido feita na medida do possível e, por causa dela, Psychépo chegou a processar por "concorrência desleal" uma editora feminista da maior importância, as Editions Tierce (pois o grupo dispõe também de uma editora, a Des Femmes).

Simone de Beauvoir, para só citar a feminista francesa mais conhecida do público brasileiro, é impiedosa com relação a Psychépo: "... seita de feministas antifeministas, de capitalistas anticapitalistas, de ideólogos mercantíis". Por isso, considero lamentável que **Mulherio** divulgue as atividades de Psychépo sem, ao mesmo tempo, informar sobre seus feitos, sua ideologia e sua posição dentro do verdadeiro MLF. Mais do que lamentável, é perigoso e desonesto confundir (ou não deixar bastante claro) um grupo com todo um movimento.

Leda Beck, SP.

Palmas mineiras

Eu sou do interior de Minas, tenho 22 anos, trabalho numa emissora de rádio onde desempenho as funções de locutora, repórter e discotecária. Em locução, faço um programa de 2ª a 6ª feira, das 10 às 11 horas, intitulado "Rádio Mulher". Gostaria de desenvolver aqui um trabalho que viesse a beneficiar toda a classe feminina da região, e para isso gostaria que vocês me dessem uma orientação. Admiro muito o trabalho de toda a equipe do jornal, o maior informativo sobre a situação, direitos e deveres da mulher, como também de todo o processo de liberação da nossa classe. Pra vocês tiro o chapéu e bato palmas.

Maria Aparecida Neves Nascimento, Coronel Fabriciano, MG.

EXPEDIENTE

Conselho Editorial — Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleleth Baffioti, Léila Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.

Redação — Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg (editoras), Marlene Rodrigues (edição de artes), Rose Yamamoto (publicidade e vendas), e Miriam Tanus (secretária). Além das pessoas que assinam matérias, também colaboraram neste número: Cecília Simonetti, Inês Castilho, Michelle Lagnado.

O sexo e o céu

Papa fala de sexo na "outra vida"

Folha de São Paulo

CIDADE DO VATICANO — "Na outra vida não haverá casamento, e nem procriação, mas homens e mulheres manterão sua diferença sexual porque a ressurreição não alterará a natureza psicossomática do homem." Este é o conceito central do discurso pronunciado ontem pelo papa João Paulo 2.º, durante a audiência geral, assistida por quatro mil pessoas.

Comentando o Evangelho, em que Cristo afirma que aqueles que ressuscitarão "não se tornarão mulher nem marido", o Papa disse: "O matrimônio e a procriação não constituem o futuro ultraterreno do homem, na ressurreição. Isso perde a razão de ser, porque o outro mundo significa o cumprimento definitivo do gênero humano, o encerramento quantitativo dos seres".

A manutenção da masculinidade e da feminilidade dos corpos, indica, para o Pontífice, que o homem conservará, no outro mundo, sua própria natureza.

Desculpem se estou sendo inconveniente, mas dessa vez fiquei num brêu total. Sempre imaginei que refazer os corpos de bilhões de gerações humanas, num montante de indivíduos que deixaria o algarismo de nossa dívida externa com complexo de pequenês, seria um trabalho muito complexo e meio inútil. Agora o papa o confirma: inútil mesmo, porque depois do Juízo Final ninguém mais vai nem fazer amor, nem ter filho. Até aí, tudo bem. Mas, eu que imaginava que a exegese católica chegasse à conclusão de que por isso mesmo a gente não precisaria mais de corpo e que esta história de ressurreição em carne e osso desse ser atribuída a algum santinho poético, percebi que estava redondamente enganada. Pelo que pude entender pelo noticiário de jornal, todo mundo vai ter que ter corpo, ou de homem ou de mulher e, pelo jeito, não vai existir outra opção. Suponho que qualquer "defeito" será consertado, inclusive os provocados por velhice ou acidente genético. Ainda assim, fico a me perguntar se teremos corpos adultos ou se ressurgiremos como os "Puti" dos quadros renascentistas. E a perguntar o que se deve entender por preservação da natureza psicossomática, diferente para homem e mulher. Que tal se **Mulherio** desse algumas dicas para a gente não levar muito susto quando chegar a hora? Ou pedir explicações sobre isso é querer comer maçã de novo?

Eva Cilante, Araraquara, SP.

Jornalista responsável — Adélia Borges. Registro no MTB nº 10.680. SJESP 4549.

Mulherio é uma publicação bimestral. Aceita colaborações. Pede-se permissão com outras publicações do gênero.

Redação: Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1665, CEP 05513, São Paulo, fone 211.4511, ramal 247.



Genioses são
Fotografias
e jornais
266-2599
H. 246625-SP

ESTADO DE SÃO PAULO

Liberdade é o nome do maior bairro negro de Salvador. E, se a gente leva em conta que Salvador é uma cidade cuja população é majoritariamente negra, pode-se imaginar o que seja a Liberdade, como dizem os baianos. Existe ali uma rua, que é o coração do bairro, mas que ninguém chama de rua e sim de o Curuzu. Se alguém quiser sacar de negritude em Salvador, tem de dar uma chegada no Curuzu, sentar e tomar uma cerveja geladinha no Kizumbar de Arany e do Jaime (sem contar com a comida deliciosa), engrenar um papo e ficar vendo a negadinha passar.

É um desfile de beleza, elegância e soltura que dá gosto. Mulheres e homens, jovens e velhos, crianças e adultos, com aquele jeito gostoso de falar ("digai preta"), aquela hospitalidade, aquele clima espontaneamente sedutor, fazem com que pinte na gente uma vontade danada de ficar por ali mesmo, de sentar praça na Liberdade e viver seu cotidiano negroafricano. É aí que vem à tona uma saudade da Mãe África dos mercados vibrantes de vida e colorido, de alegria e receptividade. Afrobahia. Força de orixá pulsando dentro da gente...



Foto Nair Benedito - Ag. F/4.

Beleza negra, ou: ora-yê-yê-ô!

Lélia Gonzalez

Foi no Curuzu que, há alguns anos atrás, surgiu o pólo irradiador de uma verdadeira revolução cultural afro-bahiana. Para ser mais precisa, na casa de número 233, de Mãe Hilda (sempre as mães ou as tias, como já vimos), essa Yialorixá tão querida de todos nós. Juntamente com outros jovens negros, seu filho carnal, o Vovô, resolveu criar um bloco. Mas não se tratava de um bloco a mais, dentre os já numerosos, com nome de nações indígenas norte-americanas (o que nos leva a pensar que o oprimido sempre reconhece o outro oprimido, mesmo através de filme de faroeste) ou brasileiras e sempre objeto da maior violência policial (quem não conhece a terrível repressão sofrida pelos Apaches, por exemplo?).

Tratava-se de um bloco afro, ou seja, um bloco assumidamente negro e disposto a afirmar os valores culturais afro-brasileiros, a começar pelo próprio nome: Ilê Aiyê. Enfrentando os mais diferentes tipos de dificuldades, inclusive acusações de racismo "às avessas" (o que nos leva a afirmar que o racismo "às direitas" é muito bem aceito neste país), o grupo de fundadores, acrescido por aqueles que acreditaram na sua proposta, botou o bloco na rua no carnaval de 1974. O alerta geral estava dado. Daí em diante começaram a surgir outros e mais outros, assim como novos afoxês: Bodauê, Malê Debalê, Olorun Baba Mi etc. etc.

Hoje, seu número está em torno de cem e sua faixa de idade situa-se entre 20 e 25 anos. Nada de plumas e paetês nas fantasias, todas elas de algodão e com desenhos inspirados na arte afri-

cana. No bojo da revolução cultural, também ocorria uma revolução estética.

Nunca esquecerei o carnaval de 78, que passei em Salvador. Graças à recomendação do Macalé, um de seus fundadores, participei do desfile do Ilê. Foi de arrepiar e fazer o coração da gente bater disparado. Jovens negras lindas, lindíssimas, dançando ijexá, sem perucas ou cabelos "esticados", sem bunda de fora ou máscaras de pintura, pareciam a própria encarnação de Oxum, a deusa da beleza negra. Enquanto isso, a música dizia: "Aquele moço que tá na praça. Tá esperando F. o bloco da raça. E quem é ele? Eu vou dizer. É o bloco negro. Ele é o Ilê Aiyê..."

É importante ressaltar que as atividades dos blocos e afoxês não se restringem ao carnaval, mas se desenvolvem durante o ano inteiro. E é nisto que se encontra a sua força. Seus membros estão sempre juntos, discutindo, refletindo, criando coisas novas. E foi por aí que surgiu a idéia de instaurar a "Noite da Beleza Negra", visando a marcar anualmente todo um processo de revalorização da mulher negra, tão massacrada e inferiorizada por um machismo racista, assim como por seus valores estéticos europocêntricos.

E são as jovens negras desses blocos e afoxês que organizam suas respectivas festas, convidando de preferência pessoas da comunidade negra que elas consideram credenciadas para escolher, dentre elas, a mais digna representante da beleza negra.

Não se trata de um concurso de beleza tipo "miss" isto ou aquilo, o que

não passaria de uma simples reprodução da estética da ideologia do branqueamento. Afinal, pra ser "miss" de alguma coisa, a negra tem de ter "feições finas", cabelo "bom" ("alisado" ou disfarçado por uma peruca) ou, então, fazer o gênero "erótico/exótico". O que ocorre na escolha de uma "Negra Ilê", por exemplo, não tem nada a ver com uma estética européia tão difundida e exaltada pelos meios de comunicação de massa (sobretudo por revistas tipo "pleibói" ou de "moda", assim como pela televisão). Na verdade, ignora-se tranquilamente essas alienações colonizadas, complexadas, não só das classes "brancas" dominantes, como também dos "japoticabas" e/ou dos "negros recentes" (né, João Jorge?). O que conta para ser uma "Negra Ilê" é a dignidade, a elegância, a articulação harmônica do trançado do cabelo com o traje, o dengo, a leveza, o jeito de olhar ou de sorrir, a graça do gesto na quebrada de ombro sensual, o modo doce e altaneiro de ser etc. E se a gente atentar bem para o sentido de tudo isso, a gente saca uma coisa: a Noite da Beleza Negra é um ato de descolonização cultural.

Por isso mesmo, fiquei muito sensibilizada quando minhas irmãs do Ilê Aiyê me convidaram para presidir a escolha da "Negra Ilê" de 1982, ocorrida no dia 6 de fevereiro. Infelizmente, as exigências da nossa luta fizeram com que eu permanecesse no Rio e não participasse, também, da escolha da beleza negra do Malê Debalê, no dia 14. De qualquer modo, ficam aqui o nosso testemunho e a nossa solidariedade para com esse importantíssimo trabalho. E, para as escolhidas de 82, a nossa saudação, na saudação de Oxum: ORA-YÊ-YÊ-Ô!

Amamentar é uma boa?



Ilustração de Arthur Robins do livro "De onde viemos?"

Marina Ferreira Rea

É realmente alarmante a diminuição da prática do aleitamento natural, particularmente em nosso meio. Isso é grave principalmente porque se sabe que a substituição do leite materno implica na necessidade do preparo de um leite substituto, que — embora por muitos anos a indústria tenha mostrado que este poderia ser um substituto à altura, e com isso fazer bebês fortes e saudáveis — não oferece proteção imunológica, não tem as qualidades nutricionais adequadas à nossa espécie, não nos permite uma interação afetiva completa com a criança, além de não permitir o funcionamento de nossas glândulas mamárias com objetivo para o qual elas, biologicamente, existem nos nossos corpos. As consequências advindas desde último fato não foram intensivamente estudadas, mas já se sabe, por exemplo, que a mulher que amamenta tem menos chance de desenvolver tumores na mama.

Entretanto, do ponto de vista da mulher e da liberação que ela procura, do espaço que ela tenta ocupar no

mundo de hoje, amamentar é uma boa? Pode-se "encontrar a liberdade" em mamadeira? Respeitam-nos, preocupam-se com as mulheres que estão atrás das mamas, aqueles que dizem que amamentar é a melhor forma de alimentar a criança pequena? Assim como nos usaram mostrando os seios como objetos sexuais, assim como nos usaram induzindo-nos a acreditar que "bebês saudáveis mamam lactogeno" não estariam agora outra vez esquecendo de nos pedir opinião e atribuindo-nos a tarefa — cansativa — de amamentar e com isto solucionar problemas sociais?

A situação não é simples. A decisão não é simples. Que para o bebê não há modo de ser alimentado melhor, parece estar claro, não só entre cientistas como também entre mulheres de diferentes ocupações e estratos sociais. Para a mulher é também muito bom quanto a satisfazer sua autoestima, quanto ao prazer de estar se dando a um ser muito querido: disto também parece que as mulheres têm

consciência.

A dificuldade (de maneira muito simplista) é a seguinte: dá para se deter e amamentar, com a vida que se leva hoje, em área urbana? O modo de vida ocidental, a sociedade estruturada com o domínio da elite masculina, o sistema onde o lucro, a vantagem, o dinheiro, constituem o interesse principal — deixam lugar para a prática da amamentação?

O ciclo reprodutivo vivido pela mulher — concepção, gestação, parto, puerpério, lactação — sem dúvida "atrapalha" o modo de vida urbano atrapalhando a ela mesma assim como a seu ciclo familiar, seu emprego. Isto porque, numa sociedade construída por homens, programada, legislada por eles, não se pensou na mulher como ser reprodutivo da força de trabalho e força de trabalho ela mesma. Assim, a legislação que protege a mulher como reprodutora, insuficiente que é, inúmeras vezes é usada para discriminá-la.

O mais grave é que, dentro de todas as fases do que chamei ciclo reprodutor, o que se acabou fazendo foi tentar encurtar ou suprimir aquelas que a natureza "não deixou claro" por quanto tempo deveriam se estender. O período de amamentação foi a grande vítima, com a cumplicidade de homens (maridos), médicos, indústrias de substitutos de leite materno, bicos e mamadeiras, governos, e nós mulheres.

Este é um momento importante para se repensar tudo isso: o que nós queremos, o que queremos para nossos filhos, o que devemos exigir da sociedade e dos nossos companheiros para que, conjuntamente, tenhamos a liberdade de assumir a prática do aleitamento natural. Mas não com raiva, com culpa, com dúvida, com cansaço, como uma carga pesada. E sim com apoio, com informações corretas, com facilidades em casa e no trabalho, no compartilhar das demais tarefas (... a vida continua), sem a indução ao consumo do leite alternativo. Está na hora de identificarmos quem são nossos aliados nessa luta e identificarmos também quem são os inimigos que por tanto tempo andaram "fazendo a nossa cabeça".

Nesse sentido, vale lembrar que em maio comemoramos um ano da votação do Código de Ética de controle da propaganda dos substitutos do leite materno. Esse Código, aprovado pelo Brasil em assembléia mundial da Organização Mundial de Saúde, ainda não foi regulamentado em nosso país. Trata-se de um importante instrumento na luta pelo aleitamento natural. Tentativas de regulamentá-lo têm sido feitas, mas as três propostas existentes até agora no Ministério de Saúde mais parecem querer "enfraquecer" o Código original.

Acredito que é o momento de as mulheres e grupos interessados se manifestarem sobre o assunto, utilizando o Mulherio como intermediário, para que o Ministério da Saúde conheça também nossa posição.

Marina Ferreira Rea
é médica sanitária

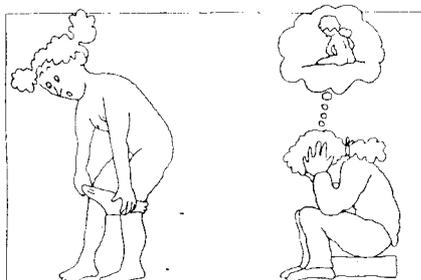
Um debate que se amplia

Que a discussão sobre a sexualidade da mulher inclui assuntos tão diversos que vão desde o conhecimento das coisas mais elementares do nosso corpo até o entendimento das complexas relações de poder que dominam a sociedade, isso é ponto pacífico, nenhuma novidade. O que é novo e surpreendente é perceber que esse tipo de discussão ultrapassa, cada vez mais, os limites dos debates feministas, atingindo outros grupos que até agora estiveram mais ou menos ausentes desse processo de discussão.

Foi isso que a equipe de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas envolvida há nove meses na elaboração dos folhetos da série "Esse Sexo que é nosso" pôde constatar logo que tornou pública sua proposta de dar cursos sobre sexualidade feminina.

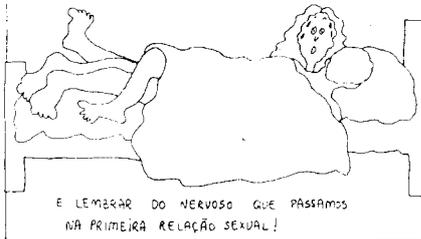
Depois que *Mulherio* publicou (nº 5) algumas situações vividas por elas durante a pesquisa, o interesse suscitado foi tanto que decidiram estender e multiplicar sua experiência. E a for-

Para muitas de nós as perguntas ficaram sem resposta. E por isso, várias vezes, passamos por maus bocados.



QUANDO VÊO A MENSTRUAÇÃO FOI AQUELE SUSTO!

QUANTA CULPA SENTIMOS FAZENDO COISAS ESCONDIRAS!



E LEMBRAR DO NERVOSO QUE PASSAMOS NA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL!

ma que encontraram foi oferecer um curso sobre o assunto a todos os grupos de mulheres que se interessem em levar a questão para debate com outras mulheres, principalmente da periferia ou zona rural.

Bastou anunciar o curso e choveram cartas de todos os cantos: grupos feministas que desenvolvem trabalhos semelhantes em várias cidades do Brasil, ou pretendem iniciá-los em breve (vieram cartas de Cuiabá, Natal, Porto Velho, Porto Alegre, Terezina, Rio de Janeiro, São Luiz, etc.); instituições bastante diversificadas como partidos políticos que apoiam a luta pelo fim da opressão da mulher, comunidades eclesiais que promovem encontros de noivos, entidades prestadoras de serviços de promoção humana e assistência social, e até mesmo empresas com mão-de-obra feminina.

As crianças sabem quando são enganadas. Se mentimos, podemos criar nelas um sentimento de desconfiança.



Essas ilustrações são de Eva Furnari, e fazem parte do folheto "Quando os filhos perguntam certas coisas..."

Alguns pais estão tentando dar a seus filhos uma educação diferente da que receberam.



O curso

Com o curso, as pesquisadoras vão divulgar a metodologia adotada nas reuniões, com vistas à participação intensa das mulheres; ou seja, evitando a falsa neutralidade ou a imposição de autoritarismos. A propósito, vem a calhar o comentário de Laura, uma das participantes das reuniões no Clube de Mães de Diadema, onde se fez a pesquisa: "Fiquei surpresa quando soube que uma é médica, outra psicóloga, e as outras sociólogas. Das outras vezes, quando havia reunião, a gente sempre ficava calada, ouvindo as professoras. Vocês, ao contrário, não vêm dar aulas pra gente".

Durante os debates se utilizarão os próprios folhetos, já que foram feitos para servir à reflexão do cotidiano. Só para lembrar, os cinco folhetos editados, que vão ser distribuídos gratuitamente aos grupos, são: "Entendendo nosso corpo", "Será que eu quero ser mãe?", "Quando os filhos perguntam certas coisas...", "A consulta ginecológica" e "Muito prazer".

Para o curso estão encarregadas duas pesquisadoras da equipe: Cecília Simonetti, socióloga e professora de Educação Sexual, e Elisabeth Meloni Vieira, médica residente em Medicina Preventiva. Elas estão dispostas a viajar para fora de São Paulo nos fins de semana e no mês de julho, desde que tenham hospedagem e alimentação. Para grupos da capital, os encontros também poderão ser à noite, durante a semana. Para os grupos que puderem fazê-lo, será solicitado o reembolso das despesas.

Os outros grupos interessados poderão entrar em contato escrevendo para a Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo, SP, ou telefonando para 211-4511, ramais 235, 245 e 248.

PROFESSORAS

Nem santa, nem babá

Cristina Bruschini

"Vestida de azul e branco, trazendo um sorriso franco, no rostinho encantador!"

"Minha normalista linda, rapidamente conquistada, meu coração sofre-dor!"

Cantado (duplamente) em música, verso e prosa, o "sagrado" ofício de professora — o "sacerdócio" feminino em que a mulher pode expressar também fora de casa sua "vocação" de mãe (ou de tia, como nos tempos modernos) — revela na verdade uma difícil realidade profissional, mal encoberta por uma mitologia mistificadora.

Quando se procura caracterizar a participação feminina no professorado brasileiro, percebem-se aí todas as formas de discriminação encontradas na sociedade em geral. O primeiro grande impacto provém do fato de que, apesar do ensino se constituir em atividade predominantemente feminina, a participação da mulher varia de acordo com o prestígio e o salário do cargo: de maioria absoluta (95%) no ensino primário (o que equivale a uma remuneração de 2,4 salários mínimos aproximadamente em São Paulo) à minoria absoluta (23%) no ensino superior (equivalendo à uma remuneração aproximada de 15,3 salários mínimos). Fica claro que a "natureza", a "vocação" e o "pender" para a função de educador são atributos concedidos ou retirados à mulher de acordo com o prestígio social e econômico: a sociedade é tão mais magnânima nesta dotação de qualidades à mulher quanto menos privilegiado o posto considerado.

Tem sido também considerada como estardalhaço, como prova cabal da "emancipação feminina", a expansão extraordinária de matrículas de mulheres no ensino superior (de 26 mil em 1971 para um milhão em 1980).

Ora, em sua grande maioria, essas mulheres estão-se dirigindo para os cursos tradicionalmente "femininos" — como as Humanidades ou a Educação — preparando-se para exercer futuramente o magistério secundário, profissão que vem-se feminilizando pouco a pouco.

Em 1974, enquanto as mulheres constituíam 49,2% do alunado universitário, sua participação atingia 83,2% nos cursos de Educação e aproximadamente 7% na área de Engenharia.

Fatores ideológicos colaboraram para que o magistério se consolidasse como profissão feminina: ele é visto como uma extensão do cuidado com as crianças o que, na família, corre por conta da mulher. E, embora o encargo com a socialização das crianças seja fruto da divisão sexual do trabalho, ele é sempre visto como uma função "natural" da mulher, que decorre do fato de ela ser biologicamente a única capaz de parir. Daí ser considerado uma "vocação", falta apenas um passo.

Outro fator ideológico que contribui para o magistério se firmar como

trabalho de mulher é ser o ensino considerado uma profissão que permite conciliar vida profissional com obrigações domésticas e familiares pois se afirma que, além de oferecer longas férias escolares, não exige mais do que poucas horas de trabalho diário.

Nada mais enganador. Pesquisa recentemente concluída por Guiomar Namó de Mello revela que 44% das professoras de 1ª e 2ª série (de uma amostra composta por 564 professores de 1º grau) trabalham 48 horas semanais, sem falar em, pelo menos, cinco horas "extras" de trabalho, dedicadas ao preparo das aulas, correção de provas etc...

É fácil constatar, portanto, que a possibilidade de conciliar lar e profissão é um argumento mistificador frequentemente invocado para tornar atraentes para as mulheres ocupações que pouco interessam ao homem.

Uma das conseqüências mais evidentes do aumento progressivo da participação feminina no professorado é a deterioração constante e gradativa do seu salário: em 1967 o salário-área de uma professora secundária equivalia a quase 14 vezes a hora do salário mínimo; em 1980 não correspondia nem a sete vezes.

Percebe-se então o engodo e a alta funcionalidade desse sistema de ensino. Ele abre suas portas às mulheres nas universidades onde frequentam cursos relativamente baratos, muitas vezes particulares, para serem reintegradas mais tarde, como professoras, neste mesmo sistema em expansão, que oferece salários cada vez menores.

Os salários das mulheres são proporcionalmente mais baixos do que os dos homens porque, em conseqüência da sexualização das ocupações, há grande quantidade de mão-de-obra feminina concentrada em pequeno número de ocupações. Mas a ideologia do salário complementar ou auxiliar ao orçamento da família é também responsável por essa situação. É voz corrente que a remuneração devida às trabalhadoras pode ser inferior à dos homens porque elas não têm que garantir a sobrevivência de uma família.

Esse raciocínio está errado, em primeiro lugar, porque o salário pago ao trabalhador também não leva em conta a sobrevivência de seu grupo familiar. Em segundo lugar, a representação do salário feminino como "complementar" ao orçamento doméstico parte do pressuposto — frequentemente errado — de que a mulher é sempre filha ou cônjuge em uma família onde há outros salários. E as chefes de família? E aquelas que, mesmo sem ter dependentes, devem arcar sozinhas com o próprio sustento? Na pesquisa já mencionada de Guiomar Namó de Mello, por exemplo, 75% das professoras declararam que seu salário é o único ou fundamental para o sustento da família.

Como se explica, então, que o magistério, com as poucas gratificações que oferece, seja visto como uma vocação? Provavelmente porque os mitos do amor e da dedicação têm justamente por função encobrir as condições concretas em que se dão as discriminações contra a mulher.



Foto Nair Benedicto - Ag. F/4

OPERÁRIAS

As mutantes da fábrica

Elizabeth Souza Lobo



Foto Ricardo Malta — Ag. F4



Foto Ricardo Malta — Ag. F4



Foto Eduardo Simões — Ag. T4

A classe operária, segundo sociólogos, politólogos e sindicalistas, é uma expressão no masculino. Mesmo quando, por detrás das máquinas, veladas silhuetas femininas há séculos são tecelãs e hoje montam aparelhos eletrônicos.

Operárias e mulheres, mulheres e operárias, na encruzilhada entre a exploração econômica, a dominação de classe e a opressão sexual, entre a produção e a reprodução, entre a casa e a fábrica, elas aparecem como um tipo especial de mutantes.

Em busca de um retrato destas mutantes, nos lançamos, Helena, Leda, Rosa e eu, numa pesquisa. Juntamos números, percentagens, tabelas. (1) O trabalho foi difícil, pois os dados em geral são precários e desconhecidos, a variável sexo é freqüentemente ignorada e as categorias utilizadas nem sempre permitem distinguir as diferenciações e a complexidade do trabalho feminino.

O resultado nos surpreendeu. Por detrás dos dados que indicam o crescimento do número de mulheres trabalhando na indústria, além da evidência de que cresce também o número de mulheres sindicalizadas, descobrimos um cotidiano onde gesta lentamente uma consciência, uma identidade e uma prática cheias de vivacidade e força.

As operárias em números

Em 1970 as mulheres constituíam 18,8% do total da força de trabalho empregada na indústria; em 1978 pularam para 25,7% deste total. Outras modificações ocorreram. Antes concentradas especialmente nos setores ditos "femininos" (têxtil, confecção, fumo e calçados), as operárias passaram a compor também contingentes de assalariados dos setores dinâmico e modernos, cujo crescimento foi intenso durante os anos do "milagre"

e econômico indústrias de equipamentos e eletrônicos e eletrônicos metalúrgica, autopeças e construção civil.

Em 1978 em São Paulo 61,6% das mulheres nas atividades trabalhavam na indústria. Se operarmos a distribuição das mulheres nas atividades por ramo de atividade neste mesmo ano 28,9% delas estavam na indústria de fabricação e tecelagem, 23,4% eram metalúrgicas, seguidas por 9,8% na indústria de alimentação e 8,5% na de vestuário. Já em 1979 25,2% das mulheres nas atividades eram metalúrgicas, 25,8% eram têxteis e 10,8% trabalhavam na indústria de alimentação e 9,7% na de vestuário.

Quem são elas?

Atrás dos números, as operárias. Quem são elas? Jane, Sueli, Wanda, Cicera tece a Cicera da eletrônica. Sônia e Conceição são operárias da Grande São Paulo. Têm entre 23 e 34 anos. Vêm do Rio de Pernambuco, de Minas ou de São Paulo mesmo. Jane é casada. Cicera tece à tem um filho.

Sueli é montadora e eletrônica sem nunca ter feito um curso profissionalizante. Copia um desenho, fazendo ligações. É um trabalho que puxa de a cabeça me nor do que quando eu penteava cabelo de boneca na Estrela.

Cicera trabalha numa eletromecânica antes trabalhou na Toddy sempre na máquina. Na Toddy controlava uma máquina que enchia 92 vidros por minuto. Gosto de máquinas quanto mais eu mexo mais eu gosto.

Jane, metalúrgica, filha de metalúrgicos, já foi operadora, trabalhou no torno, fez cursos de controle de qualidade e de desenho no Senai. Fala da curiosidade de aprender, gosta de trabalhar em grandes fábricas. Mas já não pode: é líder sindical e está nas listas negras das empresas.

Conceição é ajudante-geral, corre de um lado para o outro, o dia todo controlando as máquinas que tecem. Mas, quando tem férias, sente saudades do trabalho. Enquanto isto, a Cicera costureira diz que detesta costurar. Ganha mais agora mas preferia o emprego anterior, como metalúrgica. "Na costura só tem mulheres, é triste."

A fábrica, por quanto tempo? Para Conceição, tecelã que já tem um filho e mora com os pais, é para toda a vida. Para Sueli, "só se ficar solteirona". Para Wanda, "até casar, depois é tratar de arranjar um emprego com mais liberdade, vender Avon, ou ter uma profissão." E o marido? "Fica na fábrica, quem mandou ser homem?" Jane vive entre a fábrica e a política. Mas as solteiras todas pensam em mudar com o casamento.

Da torcida do Santos à militância

Sueli, Cicera da eletrônica e Cicera

costureira não são sindicalizadas. Conceição é sindicalizada mas nunca foi ao sindicato: "O pessoal só aparece em tempo de greve ou eleição".

Jane é militante sindical desde 74. Participava mas não falava. Em 78 começou a falar, liderou reivindicações na fábrica em que trabalhava, fez greve, foi candidata à diretoria do sindicato, perdeu, continua militando na oposição sindical e agora também no Partido dos Trabalhadores.

Wanda em 78 participava da torcida do Santos. Estava sempre pra cima e pra baixo. Depois entrou em grupos de jovens da greia e no Movimento Negro Unificado. Hoje está no movimento popular, faz política partidarista, participa das listas de mulheres. Posso dar mais de mim. Se fosse metalúrgica estaria no sindicato mas o das têxteis não me interessa.

A história destas mutantes está fazendo-se. Hoje e as são mais numerosas na fábrica, nos sindicatos e na vida política. Mas sua atuação profissional ainda é inferior à dos homens, conforme indicam as denúncias apresentadas nos congressos de mulheres operárias (das metalúrgicas de São Bernardo em 78 das metalúrgicas de São Paulo em 79 das químicas de São Paulo em 78 e 79). E nas negociações com os patrões seus problemas ainda são considerados secundários.

Entre a casa e a fábrica, a greia e o sindicato, os movimentos e os partidos a classe operária no feminino já começa a deixar de ser uma novidade.

(1) A pesquisa chama-se "Trabalho assalariado, sindicalização e reivindicações das operárias" e foi apresentada no Congresso da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, em agosto do ano passado. As autoras: Leda Gitay, Helena Hirata, Elizabeth Souza Lobo e Rosa Moyses.

O corpo, pelo menos em nossa sociedade, é um dos objetos privilegiados para o exercício da dominação. Estudos recentes sobre o processo de trabalho (Braverman), escolas, prisões e direito penal (Foucault), medicina (Ilitch), psiquiatria e psicanálise (Cooper, Laing, Deleuze), sociedade de consumo e de rendimento (Marcuse, Lasch), ou sobre o lugar atribuído ao corpo face à consciência (Nietzsche, Merleau-Ponty) deixam patente a presença de ideologia e de práticas sociais destinadas a confinar o corpo à região das coisas controláveis e manipuláveis.

Sem dúvida, a moral cristã (quer na versão romana, quer na versão protestante) serviu de pilar para a construção do edifício onde o corpo seria coisa dominada. Todavia, se as idéias de pecado e de ascese corporal foram essenciais para práticas repressivas concernentes ao corpo, não são suficientes para o esclarecimento da coisificação corporal em sociedades laicizadas como as nossas.

O arsenal da filosofia, da ciência e do direito foi mobilizado para converter em teoria a prática da opressão corporal. Num mundo de onde os deuses se exilaram quase por completo, a razão (como racionalização do existente) foi encarregada de tarefas repressivas outrora realizadas pelas religiões.

Não que estas tenham desaparecido — num país como o nosso tal suposição seria falsa e descabida —, mas foram deslocadas pela explicação racional, quando não se subordinaram a ela (como no caso do espiritismo). De modo sumário e grosseiro, digamos que a religião e a moral religiosa invocam um corpo penitente, enquanto a ciência e as técnicas produzem um corpo disciplinado.

Visões fragmentadas

Posto pela filosofia e pela ciência como um conjunto impessoal e mecânico de automatismos entre partes e funções, posto pelo direito como propriedade privada alienável num contrato (de trabalho ou de casamento), posto pela economia como força-de-trabalho e força produtiva, posto pela psicanálise como sujeito-objeto de desejo e de uma libido infinita a ser "civilizada", o corpo é fragmentado pelo trabalho, disciplinado e controlado pela medicina e pelo direito, manipulado pelo consumo e pelos meios de comunicação de massa — é uma coisa. É, sobretudo, um instrumento. Mas é também uma realidade contraditória em nossas sociedades, pois é simultaneamente utilidade (no trabalho e nos mercados), perversidade (na moral religiosa ascética), carência (na lógica das paixões e do desejo), espetáculo (no consumo e na pornografia), máquina (produtiva e desejante), transparente para os que o manipulam e, todavia, opaco e incompreensível quando comparado à clareza e a transparência da consciência, única a dispor do privilégio de ser sujeito e pessoa.

Uma cultura que fez do espírito o único sujeito, que depositou nas operações da consciência toda fonte de conhecimento e de saber, é uma cultura na qual o corpo terá, necessariamente, o mero estatuto de objeto. O peso dessa hegemonia "espiritual" ou da consciência pode ser avallado quando examinamos certas sexolo-

gias, não apenas, como disse Foucault, porque nossa sociedade foi a única a elaborar uma "scientia sexualis" em lugar de uma "ars erotica", mas pelo modo mesmo como a sexualidade é retalhada, dividida, controlada, submetida a procedimentos "corretos" de produção de um novo objeto: o "corpo prazeroso", o prazer reduzido a um conjunto sapiente e consciente de técnicas de manipulação corporal. Conhecer o corpo torna-se (ou melhor, permanece) algo de que o próprio corpo será incapaz, devendo, como objeto, receber o conhecimento produzido fora de si por uma consciência científica ou técnica.

Controlado pela razão reprimido pela moral.

Nossa sociedade desenvolveu nos mínimos detalhes uma política do corpo discriminando corpos "válidos" e "inválidos" — produtivos contra improdutivos, disciplinados contra rebeldes, fragmentados contra totalizantes, normais contra perversos, heterôno-

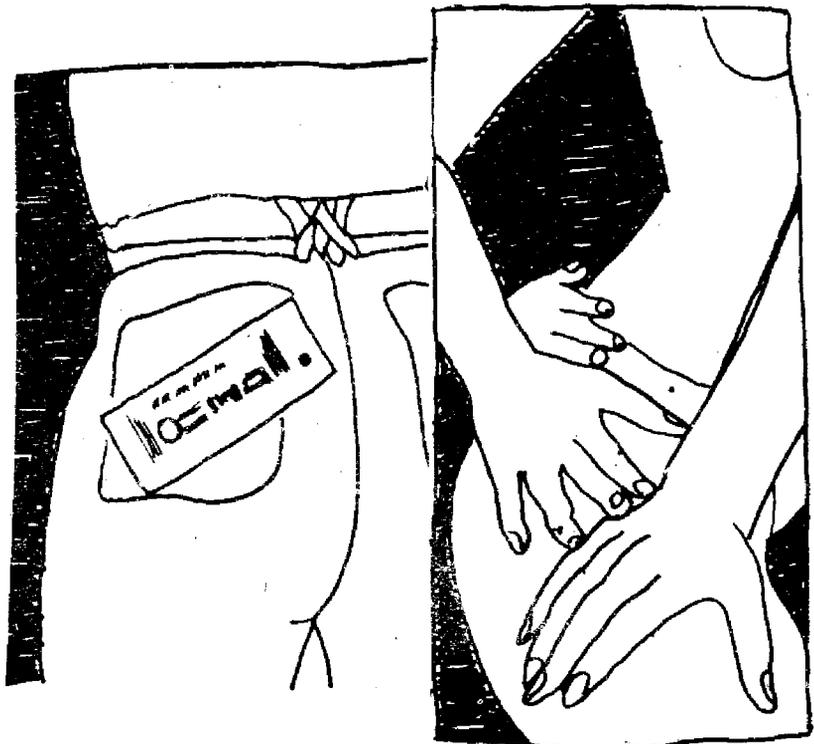
mos contra autônomos. Ora, essa política é expressão de políticas mais amplas que vão das relações econômicas de exploração às relações sociais de dominação até as culturais de exclusão.

Ativo e disciplinado, mas heterônimo (porque mero instrumento de trabalho ou de prazer) e deserrotizado (porque máquina produtiva e procriadora), o corpo é incluído numa política global social e cultural — é usado, mostrado e consumido, mas não é vivido como corpo próprio, isto é, como subjetividade e personalidade. Por isso mesmo é aquela "coisa" que a razão controla, a autoridade domina, a moral reprime, o direito aliena e a ideologia fragmenta.

Três exemplos podem ajudar a perceber o quanto a coisificação do corpo é uma política, isto é, exercício de poder. Em sociedades de classes como as nossas, as "ordens inferiores" são consideradas "rítmicas": canto e dança parecem ser privilégio dos desprivilegiados, cujo corpo, reduzido ao exótico e ao folclórico, serve como

Em torno da política do corpo

Marilena Chauí





ponto de demarcação e de diferenciação sócio-cultural.

As "classes subalternas" (e, em particular, negros e índios) são capazes apenas de expressão corporal e esta, inferior a expressões intelectualizadas da cultura, mascara, pela pretensa valorização do corpo, a redução dos "inferiores" a manifestações próximas da Natureza, isto é, do que nossas sociedades consideram como animalidade.

Um outro exemplo: nossa sociedade é a única a ter feito da homossexualidade um "tipo social". O homossexual não é percebido como aquele/a que fez uma escolha, mas como um "tipo" cujo corpo obedece a determinismos perversos (decorrentes de perversidade psíquica ou de anomalias glandulares e hormonais). Aqui, não se trata, como no caso anterior, de um ser que permaneceu preso à Natureza (não desenvolvido culturalmente), mas de um animal monstruoso. Enfim, o caso das mulheres, sintomaticamente percebidas e pensadas como "fêmeas".

A mulher, vista essencialmente como corpo

A mulher, ambigualmente, é vista essencialmente como corpo (virgem, mãe, esposa, prostituta) ou como "fêmea" — isto é, como um ser que permanece determinado pela Natureza — e, ao mesmo tempo, como um "bem"

— isto é, como coisa cultural.

Assim, humanamente, a mulher é corpo e, portanto, animalidade (por isso se diz que ela é mais "instintiva", mais "sensível", mais "intuitiva" do que o homem), e culturalmente é espelho de anseios e de angústias masculinas (o símbolo da castração). Sexualizada ao máximo e deserotizada ao máximo (não se diz por aí que a mulher "não tem desejo"?), corpo produtivo (procriada) e instrumental (trabalhadora que reproduz relações sociais), a mulher é definida como um ser a meio caminho entre a Natureza e a Cultura e por isso o espaço próprio de sua vida é a família, elo entre a existência natural e a cultura.

Sombra da luz masculina, o corpo feminino pode atuar da pior maneira possível, isto é, com ressentimento, realizando pelo avesso e pela negação vingativa e rancorosa os desejos do homem. Interiorizando o papel e o lugar da "fêmea", a mulher se faz cúmplice da política ou da dominação masculina, sem que nada de bom resulte para si e para os outros.

E, vivendo numa sociedade de classes, reproduz, na relação com outras mulheres, os padrões da dominação interiorizada, como se verifica nas relações patroa-empregada, esposa-amante, virgem-prostituta, mãe legítima-mãe solteira, etc. Violentada, é instrumento ativo de novas violências sobre os que a rodeiam.

A violência não é violar leis, normas e valores, pois estes podem ser

violentos. Violência é reduzir um sujeito à condição de uma coisa. O corpo é violentado porque tido e conservado como coisa e os seres humanos cuja existência é definida essencialmente por seu corpo (trabalhadores, "ordens inferiores", homossexuais, mulheres) são cotidianamente alvo de uma violência generalizada e difusa, mascarada em valorização (corpos produtivos, rítmicos, procriadores, prazerosos) ou em monstruosidade (homossexualismo).

Uma nova política corporal, portanto, precisaria tomar como referencial o estatuto do próprio corpo em nossas sociedades — coisa em face da consciência, objeto medicável e disciplinável, objeto diferenciador para reproduzir divisões sociais e violências institucionalizadas, ser fragmentado pelo trabalho, alienável pelo e no mercado, espetáculo onde o mostrar-se é a forma sutil do esconder. Não apenas reivindicar o direito ao uso do próprio corpo, nem apenas reivindicar os direitos da sexualidade e do trabalho como atividades harmônicas e complementares, nem reivindicar (como no caso do Brasil) leis que garantam a liberdade corporal. Mas indagar o sentido dessa liberdade, a possibilidade de autonomia numa sociedade fundada na heteronomia de todas as práticas sócio-culturais. Um exame das formas de violência poderia ser um bom ponto de partida.

A dança do prazer e da morte

Inês Castilho

O germe do ódio prolifera e tece muitos enredos, ali onde o prazer se encontra com a morte. Este ocorreu na casa onde acaba de nascer Jonas, que terá 19 anos no ano 2.000. Uma casa não-familiar estrito senso. Onde moram mulheres, uma criança e dois homens, ligados por laços de amizade. Num dos quartos dos fundos vive nossa personagem: 26 anos, grandes olhos escuros e um corpo frágil e delicado.

Naquela sexta-feira ela se preparava para pegar a sessão das 8 e saiu do banho envolta apenas em uma toalha. Dirigiu-se à cozinha para alcançar o seu quarto quando viu na porta "um homem pardo, que não definiria como marginal, mas subempregado" que lhe fez sinal para ficar quieta e avançou em sua direção dominando-a pelos pulsos. Numa fração de segundos se viu nua, no chão, sob um desconhecido. "Aí me assaltaram todas as fantasias de medo. Achei que ia ser assassinada."

Força física, pensou, ele ganha. Então tentou falar: "Você pode entender que eu não quero?" perguntava desesperada, como se meu desejo contasse. A única coisa que eu consegui foi não deixar ele chegar o rosto em mim. Me lembro da minha mão metida na cara dele, dos meus olhos olhando fixamente os seus olhos. E um grande cuidado com relação aos seios. Como se meu corpo, da cintura pra baixo, pudesse agüentar."

Tudo não durou mais que alguns minutos. Antes mesmo da penetração, ele já ejaculou. Então ela se sentiu forte para mandá-lo embora. Ele sumiu rapidamente, não sem antes ameaçar de voltar lá para matá-la caso ela fizesse denúncia.

No andar de cima, sua amiga a vê entrar de repente, transtornada, e ouve o que acaba de acontecer. Passam atordoadas a tomar providências: fechar tudo, telefonar ao amigo advogado, dizer à empregada, no outro quarto do fundo do quintal, que se trancasse lá dentro. E aí surge a primeira dúvida, desponta a primeira culpa: "Denuncio ou não denuncio?"

"Ao SOS Mulher era tranqüilo. Mas à polícia... Eu vou ter que ir na delegacia, pensava. Como uma mulher é vista e tratada, nesse caso? A sensação era de horror, de muita humilhação, de eu me tornar culpada. A idéia de que eu não tinha reagido me culpabilizava. Como denunciar um crime contra o qual eu não reagi? Até que eu disse: espera aí. Eu não permiti. Estou viva, inteira. Me invadia uma sensação de ódio e profunda tristeza."

"Até que a polícia chegou, muito armada. Pediu descrição do cara e saiu em batida pelos bares da redondeza. Surgiu então outra pergunta: Quero ou não quero que ele seja encontrado? Me lembrava do jeito que os caras são tratados, de todo o meu



Ilustração de Magliari

trabalho no presídio." (Como psicóloga, ela atuava num presídio na periferia de São Paulo).

O medo

Logo ela foi chamada para fazer o reconhecimento na delegacia. Tinham pego quatro caras. "E se eu achar que foi um que não foi, me perguntava. E se tiver certeza de que é ele, falo ou não falo? E se ele voltar pra me matar? Porque os caras ficam com o maior bode de quem bota eles na cadeia, com razão..."

O alívio aflorou quando não reconheceu em nenhum deles o seu estuprador. Mas de novo a dúvida: "Será que eu não devia querer achá-lo? Ao mesmo tempo pensava naqueles caras que estavam no bar e acabaram na delegacia, como suspeitos. Eu como desencadeadora de todos esses pequenos dramas. Culpa, sempre culpa".

No depoimento à polícia, as perguntas ambíguas a faziam sentir-se acuada. "Você tem certeza de que não conhece esse cara, não o conheceu num bar, numa festa? Ah, então é amigo da empregada", diziam os policiais. Foi para o Instituto Médico Legal ("em caso de gravidez é a única maneira de ter o apoio da lei", advertiam os policiais) acompanhada de um amigo advogado e de outro, médico. "O exame foi feito da maneira mais delicada possível, por causa da intervenção desse médico. O questionário a que eu respondi também estava carregado da mesma ambigüidade: Reagiu, sofreu muita violência? Como se fosse possível medir, quantificar. Era estra-

nha a sensação de ter que recorrer a homens (os amigos médico e advogado) para me proteger de outros homens."

Ela fez o exame, foi recolhido material da vagina e urina para fazer análise. Não acreditava que pudesse ficar grávida, pois esperava a menstruação para qualquer momento. "E aí comecei a viver o inferno da minha culpa: porque não reagi, não bati, não gritei?"

(Arnaldo José de Oliveira, que confessou ter assassinado 10 das 31 mulheres que estuprou, na região do Jardim Nova Cumbica, em Guarulhos, conta como matou sua primeira vítima: "Quando aconteceu de eu matar, eu não sei. Eu levei ela pro mato e ela reagiu, a moça; aí eu fiquei segurando com força, apertei o pescoço e quando vi ela estava mole lá". Reagir pode significar morte.)

"Ganhei um caderninho do SOS Mulher logo depois, ensinando como se defender. Mas só agora fui capaz de ler. A dificuldade era porque nenhuma daquelas reações exemplificava a minha atuação."

Conta ainda que viveu uma grande solidariedade com suas amigas mulheres. Entre elas não era culpada de nada. "Uma coisa muito forte, sem palavras, no nível do imaginário." E com um dos amigos viveu uma experiência "salvadora", que foi uma massagem. "Me entreguei às suas mãos, me libertando daquela memória corporal de violência, e admirei. Naquele momento ele resgatava minha confiança nos homens."

A palavra ainda assusta um pouco, mas decididamente o feminismo já conquistou seu espaço no Brasil. Deixou de ser uma coisa de meia dúzia de pessoas, como em 1975, e hoje já se espalham, de maneira bem ampla na sociedade, as idéias dos direitos da mulher. Ela própria já se questiona, questiona o seu papel no mundo, não aceita mais passivamente a discriminação.

Os grupos de mulheres se multiplicam, nos vários Estados, com diferentes composições e objetivos. E não se restringem mais às reivindicações legais e trabalhistas pela igualdade, mas começam também a falar — embora com certa timidez — de temas antes considerados tabus, como sexualidade, busca de novas formas de relacionamento entre o homem e a mulher, aborto.

Neste 8 de março de 1982, mais um Dia Internacional da Mulher, foram essas as conclusões a que chegamos a partir da conversa com cinco mulheres que, em diferentes campos de atuação e com percursos diversos, podem ser consideradas algumas das pioneiras na luta feminista atual no Brasil: Branca Moreira Alves, Carmen da Silva, Heleieth Saffiotti, Iara Areias Prado e Raquel Moreno. Nas páginas seguintes, elas fazem um balanço do que foi feito até agora, contam sua trajetória pessoal, discutem a participação

dos homens no movimento e apontam rumos para o futuro. Suas concepções, às vezes divergentes, às vezes coincidentes, formam um bom quadro das conquistas e das deficiências do nosso movimento de mulheres. Branca, socióloga, advogada, participou da criação do Centro da Mulher Brasileira, no Rio, em 1975. Hoje, faz parte do Grupo Ceres e do Grupo de Mulheres Profissionais de Direito. Carmen, jornalista e escritora, com dois livros publicados, de ficção, também mora no Rio, e "fez a cabeça" de muita gente com os artigos que há quase 20 anos escreve na revista Cláudia. Heleieth, socióloga e professora em Araraquara, desde 1962 estuda a condição da mulher brasileira e, nesse mesmo ano escreveu o primeiro de seus seis livros já publicados sobre o assunto: *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Iara, professora de História em São Paulo, foi militante na resistência pós 64, cumpriu um ano de prisão em 69/70 e desde 1976 está no grupo (e ex-jornal) Brasil Mulher. Raquel também é uma das militantes feministas mais ativas de São Paulo, desde 1974, quando, ainda estudante de Psicologia na USP, liderou a luta pela construção de creches na universidade. Participou de vários grupos, e hoje está no SOS Mulher. Helena Salem entrevistou Branca e Carmen; Janina Adamenas conversou com Heleieth e Raquel, e Leda Beck falou com Iara.

ESTAMOS MENOS LONGE



Foto Juca Martins - Ag. 1/4

O 1º Congresso da Mulher Paulista, em 1979.

QUE AVALIAÇÃO VOCÊ FAZ DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL?

CARMEN — Acho que 1975 foi um ano muito importante, porque nós nos descobrimos umas às outras. Cada uma estava lutando isolada, e começamos a colocar em prática a solidariedade feminina. Mas, na época, tínhamos ainda de usar uma linguagem muito moderada, já que éramos também quatro gatos pingados.

Hoje em dia, não se pode dizer que tenhamos conseguido grandes coisas. No entanto, pelo menos já conseguimos criar uma má consciência da sociedade com relação à mulher. Ou seja, nos discriminam mas também têm vergonha de dizer que o fazem, há a vergonha das atitudes de discriminação. O caso do "Doca" Street é bastante ilustrativo: sua condenação derrubou aquela tese de defesa da honra. De repente, vimos um homem de certa idade, de tradição jurídica como o dr. Heleno Fragoso, falando uma linguagem nova, denunciando o machismo, a pretensão do homem ser proprietário da mulher, etc. Claro que fomos ridicularizadas, chamadas de mal-amadas, mas quando os outros começam a encampar nossa linguagem não dá mais para matar pelo ridículo.

Estamos ainda muito longe de atingirmos os objetivos que perseguimos, mas já estamos menos longe.

Verifica-se muito maior difusão da consciência entre as mulheres. Elas já se questionam, questionam o seu papel no mundo. E não só entre as jovens, mas também entre as mulheres de mais idade, as que justamente deveriam temer o questionamento porque já têm uma vida toda estruturada. **Quais foram as principais vitórias do feminismo?**

É difícil dizer. Em realidade, são mais vitórias psicológicas, maior grau de tomada de consciência entre as mulheres e a sociedade. O aborto continua penalizado, a discriminação salarial em todos os setores permanece, juridicamente o marido continua a ser considerado a cabeça do casal. De concreto, a única coisa que se vê é a solidariedade entre as mulheres e sua ação coletiva quando alguma mulher é atingida. Foi o caso da Marli, da própria Ângela Diniz. Ou seja, as mulheres estão-se juntando para criar em toda a sociedade uma consciência feminista. Solidariedade feminina em atitudes concretas. E a sociedade começa a perceber que já não pode tratar a mulher como um joguete, porque em torno dela existe o movimento feminista.

BRANCA — O movimento feminista saiu do nada para alguma coisa. Em 1972, quando voltei dos Estados Unidos, não se falava em feminismo no Brasil. Lembro-me que tive uma briga com um intelectual de esquerda muito conhecido que tinha o maior desprezo pelo feminismo. Isso me escandalizou porque pensei que ia encontrar apoio na esquerda. Quando fizemos nosso primeiro grupo de reflexão, em 1974, um embrião do atual grupo Ceres, começamos a realizar debates em faculdades, como a UFRJ, a PUC do Rio, etc. Éramos hostilizadas pelos homens e mulheres, inclusive meninas do movimento estudantil. Uma coisa que me chocava é que essas meninas não tinham abertura para entender os problemas delas próprias dentro do movimento. Não reconheciam por exemplo sua posição subalterna, a liderança toda era masculina. Mas, ao mesmo tempo, incorporavam a linguagem masculina e criticavam a feminista. Para nos legitimarmos, tínhamos de citar os clássicos masculinos da esquerda, e isso a gente fazia perfeitamente consciente. Hoje isso já não é mais necessário.

Nestes últimos anos, paralelamente à abertura democrática, por pequena que seja, as pessoas puderam de novo se organizar, perdendo o medo de tornar públicas as suas reivindicações. Esse crescimento do feminismo que está ocorrendo agora é muito semelhante ao que ocorreu há 10 anos na Europa. Grupos se multiplicando, de forma que a gente não consegue nem mais acompanhar tudo. Há quatro anos, eu conhecia todo mundo do movimento feminista no Brasil. Era a Fundação Carlos Chagas, algumas intelectuais de São Paulo, de Belo Horizonte, do Rio. Hoje, felizmente, a gente não conhece todo mundo nem todos os grupos.

Há quem diga que os grupos feministas estão hoje menos ativos, mais retraidos na sua atuação. O que você acha disso?

Discordo. Acho que estão atuando, procurando debater. No mês passado, por exemplo, fui entrevistada durante uma hora em uma rádio de Uberlândia, num programa promovido por um grupo de mulheres do PT e



Foto Nair Benedito - Ag. F4

Ato público nas escadarias da Praça da Sé, SP, março de 1981.



do PMDB. A gente que está nessa luta há mais tempo tem a sensação da diferença. O pessoal que entrou mais recentemente talvez tenha mais consciência das limitações, é mais exigente, porque não viveu o zero do passado.

O grande impasse do momento, acho, é que existe um potencial muito grande em todas as camadas sociais para o feminismo mas não sei até que ponto o movimento está conseguindo captar e fazer crescer esse potencial, de uma forma mais sistemática. Acho que já se espalham, de maneira bas-

tante ampla na sociedade, as idéias dos direitos da mulher, da emancipação da mulher, para não dizer feminismo, porque a palavra continua ainda muito pesada. Apesar do esforço, a gente não conseguiu salvar essa palavra.

HELEIETH — O movimento feminista brasileiro tem um traço específico que é uma coisa coisa muito bonita e maravilhosa: o interesse por problemas das camadas populares, como a luta por creches (a classe média continua com o preconceito imbecil de não deixar seus filhos fora de casa), controle da natalidade etc. Ocorre que inconscientemente já existe a conjugação entre as lutas específicas e as gerais da mulher, que é a luta contra a ditadura. Esse racha entre lutas específicas e gerais dentro do movimento já é clássico, tão tradicional que se esquece do que se está fazendo, ou seja, as duas lutas já se conjugam e se somam.

E há vitórias dentro disso?
É inegável que sim. O espaço que a gente está tendo hoje não existia de forma alguma há oito anos atrás. Bem ou mal a Prefeitura de São Paulo construiu 140 creches, e esse é um número apreciável. Apesar de estarmos num ano eleitoral, houve a pressão vitoriosa dos movimentos populares, não só do feminista. As pressões se somaram e conseguiram.

RAQUEL — Eu considero que o movimento teve três marcos importantes: 1975, quando houve o 1º encontro de Mulheres no Rio de Janeiro e se viu a necessidade não só da discussão mas de se partir para uma prática e difusão das idéias. Outro grande momento foi em 1979, com a realização do I Congresso da Mulher Paulista, no teatro Ruth Escobar, e a participação efetiva da mulher de periferia, e com a formação do Movimento de Luta por Creche, integrado por grupos feministas e de periferia. E, finalmente, em 81,

com o surgimento do SOS Mulher, aberto realmente a todas as mulheres e com um trabalho contra todos os tipos de violência sofrida hoje pela mulher, com assistência jurídica, psicológica, além do grupo de reflexão. Nesse percurso todo, uma das principais vitórias foi a respeitabilidade ao termo feminismo, e isso aconteceu principalmente pelo espalhamento da discussão. Feminismo hoje não é mais coisa de meia dúzia de mulheres intelectuais mas um movimento que atinge um grande número de mulheres de todas as classes. É um movimento que luta e sensibiliza. E o principal reflexo disso é que a linguagem nas mídias em geral — rádio, TV, jornal, revista — também mudou, já que mudaram também os próprios conceitos que a mulher tem de si.

No entanto, o movimento feminista infelizmente ainda ocupa pouco espaço e poderia ter alcançado mais. Por exemplo: as questões do aborto e controle da natalidade foram levantadas timidamente, não houve um movimento de ação. Fez-se barulho, feriu-se suscetibilidades mas sem se dar um passo à frente.

E por que não se deu esse passo à frente?

Foi falha do movimento. O problema maior atual é o da dupla militância e da autonomia do movimento feminista sem ligações partidárias. Essa questão está emperrando a ação para outros problemas. Está havendo uma disputa pelo espaço do movimento, movida por interesses partidários, gerando desconfianças entre as militantes. E esse problema ainda não está explícito entre as próprias mulheres.

Você considera então que o movimento feminista está em refluxo?

Ainda não, mas estamos com tudo para entrar nele, ele vai ocorrer necessariamente. O fechamento em si mesmo, para reflexão, de determinados grupos pode estar terminando, foi



1º Encontro do Movimento de Mulheres no Brasil, Rio, julho de 1981.

uma coisa necessária mas perigosa quando só a reflexão acontece. E um outro dado é a priorização das eleições, pois estamos em pleno ano eleitoral. Porém, o movimento das mulheres tem uma coisa específica: nasceu dos anos mais negros, quando os outros movimentos não ousavam levantar suas questões, e nossos maiores picos se deram nos anos quando esses outros movimentos estavam em refluxo.

IARA — A retomada do movimento de mulheres no Brasil se dá a partir de 1975 com o surgimento de várias entidades, principalmente em São Paulo e no Rio (Centro da Mulher Brasileira, Brasil Mulher, Movimento Feminino pela Anistia etc), que tinham como preocupação central a criação de canais de participação que rompessem o isolamento geral da esquerda e lutassem contra a ditadura.

Em seus programas iniciais, essas entidades davam prioridade à luta pela anistia, por melhores condições de vida e trabalho, por liberdades democráticas. A única entidade que desde o começo deu prioridade à luta feminista foi o Nós Mulheres, mas não conseguiu polarizar o movimento como um todo.

Assim, no período 75/80, o movimento de mulheres brasileiro funciona muito mais como um canal para prosseguir uma luta política geral contra a ditadura. Sem dúvida nenhuma a questão da mulher foi tratada neste período, e tivemos vitórias, como a luta pela construção de creches nos bairros, que se concretizou no projeto apresentado pela Prefeitura de São Paulo de construção de 385 creches na cidade (projeto até hoje só iniciado, portanto a luta deve continuar).

A abertura para a questão propriamente feminista se deu de duas for-

mas. Primeiro, o próprio contato com as mulheres da periferia foi revelando que havia um espaço específico da mulher que não poderia continuar sendo relegado a um segundo plano. Nas nossas reuniões, depois de discutir como encaminhar a briga pela instalação de rede de água no bairro, sempre caíamos nas conversas sobre o prazer, a relação com o marido, a maternidade...

Segundo, com a pseudo abertura do regime, as exiladas voltaram e passaram a nos criticar porque reduzíamos a questão da mulher à luta mais geral. Elas viviam em países capitalistas avançados, onde os interesses do próprio capitalismo já garantem uma infra-estrutura mínima de sobrevivência, e então o movimento feminista podia centrar sua luta em torno de questões como o prazer, a dupla jornada de trabalho, a relação homem-mulher.

Os debates sobre luta geral versus luta específica dominaram nossas discussões durante o ano de 1980. Consequência: algumas entidades assumiram a questão feminista, outras se dividiram neste debate. De lá para cá, não conseguimos mais unificação em torno de luta nenhuma, com exceção da luta contra a violência, que resultou no SOS-Mulher e possibilitou uma significativa ampliação do movimento em direção às mulheres de classe média e que teve sua concretização na derrubada da tese da legítima defesa da honra.

Mas, é bom lembrar, de 75 para cá, nossa principal vitória foi levantar amplamente a questão da mulher, hoje debatida pela sociedade, através dos meios de comunicação, dos partidos políticos etc. E essa vitória é nossa!

COMO VOCÊ SE TORNOU FEMINISTA?



BRANCA — Em 1968, já casada e com filhas, entrei para uma faculdade muito bem comportada para fazer história. Entrei porque estava frustrada de ficar todo tempo em casa. Eu achava que política não era coisa de mulher nem de estudantes, só de homens. Aí o movimento estudantil me pegou em cheio. Conhecidos meus eram presos, torturados e eu, que vivera numa torre de cristal, estudara num colégio de freiras, sempre protegida não podia acreditar que tivessem pessoas no mundo que torturassem outras. A coisa toda me chocou muito, e fui-me politizando. Em 1970, fui para os Estados Unidos, para Berkeley, centro da resistência à guerra do Vietnã. Fiz o curso de história, e depois mudei para sociologia, me formando. Lá aproveitei para fazer estudos teóricos ler muito os clássicos marxistas, etc. Quando estava terminando minha estada lá, recebi uma carta de uma amiga da França me perguntando como estava o movimento feminista nos EUA. Até então, eu nunca havia pensado nisso. Aí tomei consciência o quanto eu estava alienada de mim mesma. A carta era da Danda Prado, e ela desencadeou em mim um processo de conscientização feminista: minha educação, minha vida pessoal, comecei a colocar tudo em questão.

As mulheres dos brasileiros que estudavam lá, as quais geralmente ficavam mudas nas reuniões, começaram a se reunir, e foi uma coisa muito bonita porque todo mundo tinha tanta coisa a falar! Passei depois por um período de ter muita raiva da cultura machista, com raiva do meu pai, do meu marido, não me arrumava, etc. Uma fase bem radical. Larguei religião, casamento, só não larguei filho. Tive que passar por isso, depois a coisa entrou na rotina.

CARMEN — Sempre tive um senso muito agudo de liberdade. Por



Julgamento de "Doca" Street, Cabo Frio, 1981

exemplo, em 1938, com apenas 18 anos, escapei de casa uma tarde, convalescendo de sarampo para me apresentar em um concurso na companhia Ipiranga, como secretária trilingue. E foi um choque terrível para a família quando veio a convocação. Sempre tive necessidade de fazer as coisas por minha conta, antes de ter qualquer idéia sobre o feminismo.

Depois, em Buenos Aires, onde morei por 20 anos, mantive contato com intelectuais, sem que houvesse uma distinção entre homens e mulheres em sua maioria. Participavam desse grupo muitas mulheres divorciadas ou solteiras, assim não havia a experiência do peso da opressão machista do dia-a-dia. Eu me sentia muito bem. No entanto, quando retornei ao Brasil e, circunstancialmente, comecei a entrar em contato com a mulher da pequena burguesia, não muito ilustrada, é que passei a sentir o peso do preconceito na vida das mulheres, e o peso da opressão cotidiana através do que muitas me contavam. Foi quando vi que certas posições que eu tinha tomado vivencialmente tinham de ser colocadas intelectualmente, eu precisava parar e racionalizar tudo. Eu era uma mulher independente, tinha um livro publicado, um nome na Argentina, etc., mas essa não era a regra. Foi quando comecei a questionar a situação da mulher. Daí passei a escrever na *Cláudia*, creio que em 1963, recebendo uma forte reação contrária. Percebi então que a reação negativa era porque eu estava mobilizando algo que precisava ser mexido e fui me fazendo com a luta. Logo, começaram as repercussões.

Escrevi um artigo intitulado "Uma pequena rainha triste", mostrando a mulher na posição de "rainha do lar", na sua vivência cotidiana. Acho que esse artigo foi um marco.

IARA — Entrei para o movimento

de mulheres como muitas outras militantes de partidos de esquerda entraram. Vivíamos na década de 70 um período de grande repressão política, e o trabalho com mulheres surgia como uma das únicas possibilidades de atuação, principalmente depois que a ONU decretou o Ano Internacional da Mulher, e que trouxe uma certa "responsabilidade" às reivindicações femininas. Mas formávamos grupos voltados principalmente para a transformação mais geral da sociedade. A questão do feminismo propriamente dito só começou a me tocar mais de perto quando tive meu primeiro filho, Paulo, e descobri que a maternidade pirava minha cabeça, colocando uma série de questões muito específicas que nunca tinham me preocupado. Comecei a frequentar um grupo informal de reflexão que Rachel Moreno convidava para se reunir em sua casa, em 1975. As reuniões me ajudavam muito a nível pessoal, mas nunca consegui vislumbrar essa discussão como uma discussão política — tanto que abandonei o grupo quando comecei a fazer análise. Em 1976, como a organização de mulheres era um canal muito importante para a expressão do movimento popular, aderi ao grupo que fundara o Brasil Mulher. Fiquei lá desde essa época e tive uma trajetória semelhante à do grupo. Isto é, só me tornei realmente feminista em 79, 80.

HELEIETH — Eu tenho a impressão de que sempre fui feminista, porque tenho um temperamento extremamente independente e fui assim desde criança. O respeito à autoridade, a não ser que ela derive do conhecimento, é muito difícil de eu aceitá-la. A minha atuação sempre esteve ligada na linha da independência e do não-reconhecimento dos preconceitos. É claro que eu acabei sofrendo pressões por assumir comportamentos inusitados para uma mulher. Por exemplo,

NOS MULHERES



quando vim para Araraquara há 20 anos eu era a única mulher que fumava na rua. E claro também que antigamente eu não tinha consciência, nunca tinha ouvido falar em feminismo, mas já tinha um comportamento feminista na medida em que eu não tomava conhecimento dos limites da atuação dos homens e das mulheres. O mundo era meu na medida em que eu conseguisse conquistá-lo independente do meu sexo. Com tudo isso, eu



Passeata em protesto à morte de Eliane de Grammont, São Paulo, 1981

consegui construir um tipo de vida muito mais saudável, sem mentiras. É por isso que eu digo que eu não virei feminista, eu tomei consciência de que as coisas eram muito piores quando se tratava de uma mulher em 62, quando comecei a estudar o fenômeno da mulher, e aí minha observação se tornou mais seletiva. Nessa época não havia ainda o movimento feminista e mesmo o americano surgiu depois, com a publicação do livro da Betty Friedan — A mulher mistificada —, em 63, e em seguida com o surgimento dos grupos de reflexão. Posteriormente foi a vez da Europa e, em 75, no Brasil.

Mas você sempre se assumiu como feminista?

Na verdade, eu sempre relutei em me dizer feminista no Brasil. No passado, esse termo tinha uma carga ideológica muito grande, e hoje ainda apresenta uma carga razoável. Eu gosto de dizer: eu sou feminista mas o meu feminismo é este, porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens; e eu não quero de maneira alguma ser interpretada dessa forma.

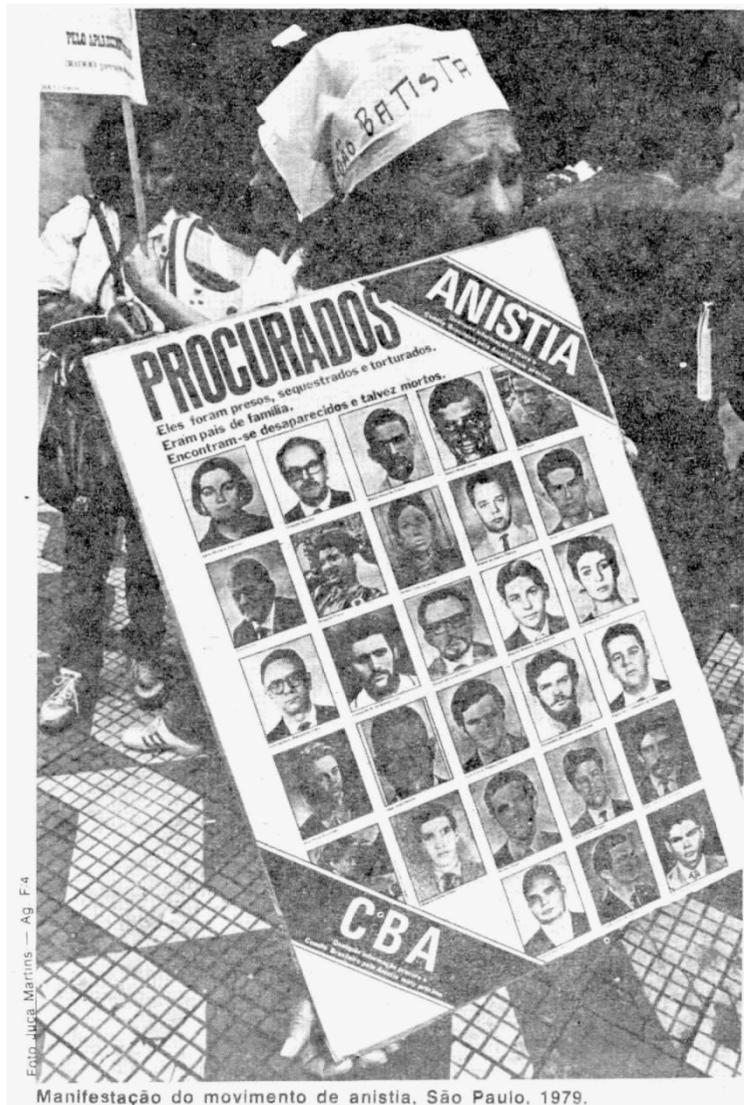
O QUE VOCÊ ACHA DA PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS NO MOVIMENTO FEMINISTA?

HELEIETH — Tenho muito respeito pelos homens. Acho que eles também são vítimas dessa sociedade, embora nós sejamos mais vítimas do que eles. Muitas coisas os homens fazem inconscientemente e não se dão conta de que estão sendo veículos de uma dominação e que, na verdade, não estão ganhando grande coisa com essa opressão que exercem sobre a mulher. Eles estão sendo usados e bem usados. O homem está proibido de expressar suas emoções, e na medida em que você considera o homem um animal puramente racional, você o reduz a uma dimensão que eu hesitaria em considerar a mais importante. Me parece que a dimensão emocional é igualmente importante. O mesmo fenômeno se passa com as mulheres, mas no sentido inverso. Então, por aí, fica bem claro que a mulheres mutiladas correspondem necessariamente homens mutilados e, por isso, não vejo razão para abrir uma guerra contra os homens. Ao contrário, eu tento cativá-los.

Defendo a participação do homem no movimento feminista se ele assumir uma atitude de igualdade social total entre os sexos. Eu respeito a necessidade de algumas mulheres em se isolar num primeiro momento para refletir sobre sua condição. É o resgate de sua própria identidade. Eu não necessito disso, mas muitas mulheres devem necessitar desse isolamento. Todavia, resgatada a identidade em grupo, de modo a identificar no individual um problema geral, desaparece a necessidade do isolamento. O ideal seria com a companhia dos homens, com a força deles. Eu não acredito na liberação das mulheres, e sim, na liberação do ser humano, pois veja bem: para a redefinição dos papéis femininos necessariamente tem de haver a redefinição dos papéis masculinos, e os homens precisam estar nessa luta. Para mim, a luta é muito maior e mais profunda. Por exemplo, os homens só dividirão os trabalhos domésticos com as mulheres a partir do momento que eles entenderem que eles e nós somos seres humanos que temos o mesmo direito de desenvolver tarefas que nos dão prazer e o direito de dividir as tarefas que são necessárias, mas não nos dão prazer.

RAQUEL — No congresso da Mulher Paulista nós resolvemos permitir a participação dos homens num grupo à parte. Nas vezes que passei por eles e ouvi o que falavam, fiquei horrorizada. Na verdade, eles estavam discutindo se davam apoio ou de que forma dirigiriam o movimento. Hoje, acho que houve um avanço e podemos contar com o apoio deles, pois estão entendendo melhor que quem deve dar o rumo são as mulheres. Não concordo é que os homens participem da direção do movimento de mulheres, pois estamos discutindo nossa condição específica, mas acho que eles têm um papel fundamental e podem dar uma grande força. Eles não vivem nossa situação, a opressão que sofrem é diferente e mais suave.

IARA — Sem dúvida, cabe à mulher a vanguarda do movimento feminista. Aos homens, cabe a tomada de consciência das questões levantadas pelas mulheres, a sua própria transformação e o apoio integral ao movimento. Aos homens cabe, portanto, o papel de retaguarda.



Esta: Jucá Martins — Ag. F. 4

Manifestação do movimento de anistia, São Paulo, 1979.

QUAIS OS RUMOS, AS PERSPECTIVAS QUE VOCÊ VÊ PARA O MOVIMENTO FEMINISTA AGORA?



HELEIETH — Considero que o movimento está ainda tímido e que um rumo a ser tomado é de maior agressividade, principalmente em relação a um trabalho político-partidário. O movimento tem um grande potencial, e não considero que esteja em refluxo. O caso Doca, por exemplo, foi uma vitória exclusiva do

movimento feminista. O que nós não temos é uma tradição de atuação político-partidária. Precisamos é acabar com o machismo dos partidos, que sem nenhuma exceção são todos machistas. Eu pretendo atuar neste campo, e no momento sou candidata a candidata a deputada estadual pelo PMDB.

RAQUEL — É necessário aprofundar a discussão sobre a autonomia do movimento para se ter maior clareza sobre essa questão. Enquanto isso, os diversos grupos devem aproximar-se entre si para trocar experiências, suprir juntos suas deficiências. Ou seja, de duas uma: ou a gente consegue evoluir para um movimento de autonomia de verdade ou teremos um movimento parecido com o das mulheres espanholas: apenas nos grandes eventos unem-se os vários grupos partidários e os independentes. Também deveriam ser retomados os contatos com a periferia. Outra coisa: no trabalho do dia-a-dia no SOS, a gente recebe uma diversidade muito grande de problemas que deveriam ser atendidos pelo movimento como um todo: miséria, violência, trabalho, etc. O movimento deveria estruturar-se para poder suprir todas essas demandas, inclusive em termos de infra-estrutura, tentando seguir a linha norteadora do SOS, ou seja, aberto a todas as mulheres indistintamente.

CARMEN — O momento está muito complicado. As mulheres realmente não estão mais dispostas a aceitar cegamente a opressão. Estão procurando outras coisas. Já não aceitam a linguagem antiga e o homem ainda não resolveu mudar. Está esperando de todos os jeitos, está achando que vai perder seus privilégios, suas regalias. O chão balança sob os pés dele. Os relacionamentos às vezes ficam muito difíceis. No entanto acho que devemos ter esperanças nas próximas gerações. Entre os jovens de hoje já podemos ver mesmo comportamentos diferentes, como o do marido da neta de uma amiga minha, que ficou todo contente quando o pediatra do filho substituiu uma mamada no peito da

mãe por mamadeira: "Esta sou eu que vou dar", disse quando soube da novidade.

IARA — Hoje o movimento de mulheres no Brasil — entendido como o conjunto das mulheres que estão organizadas na defesa de seus interesses, sejam eles creches ou aborto — a grosso modo está dividido por várias concepções: aquelas que acreditam que as lutas gerais se sobrepõem à questão específica, aquelas que vêem a organização das mulheres como um instrumento para a defesa de suas concepções políticas mais gerais, aquelas que vêem a importância da organização de um movimento autônomo de mulher em torno de suas lutas específicas, e até aquelas que são contra a organização de um movimento de mulheres e centram seu trabalho na propaganda ideológica e nos grupos de reflexão. Se por um lado, hoje, o movimento de mulheres está dividido, sentimos o seu crescimento e acredito que hoje vivemos uma fase de reflexão e amadurecimento. Podemos hoje constatar que a questão geral nos unificou de 1975 a 80 e a questão feminista nos dividiu. Por que?

Acredito que hoje o nosso grande desafio, enquanto militantes feministas dentro do movimento de mulheres, é a solução deste impasse, ou seja a elaboração de uma política feminista, adequada à realidade da mulher brasileira, a formulação de propostas concretas que nos permitam aglutinar este amplo, matizado e disperso movimento.

Não tenho claro o que seria esta política feminista, mas acho que passa pela unificação de duas preocupações que vêm marcando a nossa história: a necessidade que a mulher brasileira tem hoje de conquistas reais dentro da sociedade, como creches, igualdade salarial, profissionalização, saúde da mulher, direitos civis, etc.; e a necessidade de uma ferrenha luta no campo da discriminação ideológica, que avance na sua conscientização e na conscientização de toda a sociedade. Bem, mas acredito que esta é uma tarefa que enfrentaremos juntas.



Passeata das mulheres na greve dos metalúrgicos, São Bernardo, 1980

Memória

Eu, Maria Moura...

Os fragmentos abaixo, escritos em primeira pessoa, pretendem dar a palavra a Maria Lacerda de Moura (1887-1945), para apresentá-la aos leitores do *Mulherio*. Foram colhidos em seus livros, conferências, prefácios e na produção jornalística, publicados em Belo Horizonte, Porto

Foi comigo mesma que compreendi até onde pode chegar a educação hipócrita que a sociedade corrompida, falsa, imoral, manda administrar às futuras esposas e mães. Durante quatro anos frequentei um Colégio de Irmãs de Caridade — dos 6 aos 10 anos, e bastou esse tempo para eu conhecer de perto o que são as escolas desse gênero. As diferenças de critério para "julgar" e "castigar" os atos inocentes das meninas ricas e das pobres, das brancas e das de cor, tudo olhado com severidade do pecado e do inferno — esse papão de olhos esbugalhados noite e dia em cima da nossa infância envenenada pelo medo — a consideração especial em torno das alunas de famílias ricas e filhas de políticos, a exploração de meninas de cor, a serviço das outras.

Em 1924, muitos autores ainda consideravam a instrução feminina, a emancipação da mulher como poderosa força degeneradora, como elemento de esterilidade. Começamos pelo meu caso, uma vez que me chamaram líder da emancipação feminina no Brasil. De fato e infelizmente não tenho filhos, mas, minha mãe, que não estudou, teve apenas duas filhas. Quanto a mim, casei-me aos 17 anos; antes, estudei o que toda gente sabe para não ficar analfabeta. As minhas colegas da Escola Normal de Barbacena estão por aí abarrotadas de filhos — tipos autênticos de criadeiras, de mães de família; minha irmã teve cinco e três prematuros. Toda essa desinteressante exposição tem por fim provar que não foi a instrução primária, o diploma de normalista que me fez estéril, está claro. Casada, durante 10 anos, levei a vida que toda recém-casada leva — bordando, cosendo, pintando ornamentos de casa, tocando piano, passeando, conversando inutilmente, dormindo bem e comendo melhor, lendo romancinhos, gozando saúde relativa e — sem ter filhos. Há apenas 10 anos que leio seriamente (1914) e dentro desse período data (de seis anos



Lacerda de

Pesquisa e montagem de Miriam Lifchitz Moreira Leite

Alegre, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1918 e 1935, onde reflete sobre a educação, a emancipação econômica e sexual da mulher e a necessidade de participar da defesa da paz, num mundo ameaçado pelas diversas formas de exploração no capitalismo industrial.

Além da colaboração esporádica em jornais e revistas, Maria manteve em *O Combate* (SP) uma colaboração semanal assinada, de 1927 a 1930, onde estabeleceu sua polémica de maior repercussão, com os jornais *Il Piccolo* e *Fanfulla*, o que provocou a depredação da redação do primeiro, por estudantes da Faculdade de Direito e manifestações de toda a imprensa paulista (1928).

Apesar de quando publiquei (1926) a primeira edição de *Religião do Amor* e da *Beleza* alguns articulistas de jornais só tenham faltado me queimar viva como imoral, retomei o problema da monogamia indissolúvel e do amor plural. Compreendo que deve haver indignação contra mim: fiz perder a muita gente uma boa oportunidade com os meus artigos "inoportunos". O imperialismo da imprensa fascista, a sua linguagem provocadora, injuriosa, atrevida, já se fez notar, ofendendo a imprensa brasileira, loucamente, num desespero de vida ou de morte. E certos jornalistas não nos perdoam a nós, mulheres, a coragem de ser alguém, a coragem de nos individualizarmos, de não fazer parte do rebanho humano, a coragem de nos tornarmos conscientes, seres pensantes fora da vulgaridade dos repetidores domesticados, homens ou mulheres.

As campanhas anticlericais e a luta antifascista aproximaram dos ativistas anarquistas e comunistas de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas deles sempre se manteve afastada pelo espiritualismo que absorveu cada vez mais, pois os partidos políticos, religiosos ou sociais incitam as paixões, afetam o incêndio do ódio e adormecem e sufocam as consciências. Deixei voluntariamente o jornalismo e a cátedra de conferencista, mas não me peçam que eu mate a minha palavra.

Miriam Lifchitz Moreira Leite é historiadora do Setor de Documentação, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, USP. Está trabalhando em sua tese de doutorado, sobre a vida e a obra de Maria Lacerda de Moura.

para cá) a minha vida de escritora, de propagandista da emancipação feminina. Podemos atribuir a essa atividade de hoje a minha esterilidade de há anos atrás?

Percorri as associações femininas (1920-1923) em busca de solução para o advento da sociedade maior. Conventi-me de que a mulher, por si, não saberá sair do caos em que a mergulhou a civilização, o egoísmo masculino, a sua incapacidade mental de escravizada secular. A mulher não quer emancipar-se. Cheguei à conclusão de que o meio não é a associação, não é a união das mulheres para a defesa dos seus direitos, que elas confundem com velharias e culpabilidades reacionárias. Ao falar em direitos só lhes ocorre o voto, o qual deveria ter sido reivindicado há 100 anos atrás...

Não resido nos bairros elegantes, onde as casas confortáveis e os grandes terrenos nos protegem dos vizinhos e das suas misérias; resido num bairro da pequena burguesia sem educação, e, embora fechada dentro de minha casinha, minhas antenas percebem coisas desagradáveis da vida real. Vejo e ouço heroísmos e misérias tais que me recuso a descrever. Custei a me habituar à pancadaria, aos gritos dos meninos vadios, aos nomes feios, aos uivos das mães dando nos filhos pequeninos, tão encolerizadas que parecem feras. Custei a crer que as manchas roxas nos rostos das mães à espera de filhos fossem pancadas brutais de maridos bem colocados em empregos públicos, ou dos carvoeiros e carroceiros, todos agindo da mesma maneira, os mesmos trogloditas ferozes para elas, enquanto elas se vingam do mesmo modo nos filhos pequeninos.

MULHERIO

Serviço

ARARAQUARA - SP
- Movimento Feminino pelos Direitos Humanos.
Rua Itália, 69, São José, 14800.
BELÉM - PA
- Grupo de Mulheres Paraenses. Rua Bartolomeu de Gusmão, 170, Bairro do Marco, 66000.

BELO HORIZONTE - MG
- Centro de Defesa dos Direitos da Mulher. Av. Álvares Cabral, 211/1404, 30000.
- Centro de Estudos da Mulher. Av. Antônio Carlos, 6627, 30000, fone 441-0066.
- Núcleo da Mulher. Faculdade de Engenharia da UFMG, Rua Espírito Santo 35, 30000.

BRASÍLIA - DF
- Brasília Mulher. Edifício Mineiro, Sala 303, 70000, fone 273-7353.

CAMPINAS - SP
- Ação Mulher. Rua Luverci Pereira de Souza 739, Cidade Universitária, 13100.
- Coletivo de Mulheres de Campinas. Rua Luiz Marsaioli, 111, Taquaral, 13100.
- Grupo de Trabalho sobre as Fiandeiras de Goiás. Rua Diogo Prado, 303, Cambui, 13100.
- SOS Mulher. Rua General Osório, 1212, 10º andar, 13100, fone 8-0793.

CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PA
- Grupo de Mulheres de Conceição do Araguaia. Travessa irmã Maria Otávia s/nº, 68540.
- Grupo de Mulheres de Rio Maria. O mesmo endereço acima.
- Grupo de Mulheres de Xinguara. Paróquia de Xinguara, 68540.

CUIABÁ - MT
- Associação das Mulheres de Mato Grosso. Rua Baltazar Navarro 231, Bandeirantes, 78000, fone 321.6865.

FORTALEZA - CE
- APEM (Associação de Pesquisas e Estudos da Mulher). Rua Carlos Vasconcelos 1259, 60000, fone 224.5181.
- Centro Cearense da Mulher. Rua Tomaz Acioli 1505, Dionísio Torres, 60000.
- Grupo Feminista 4 de Janeiro. Rua Vicente Leite 725, Aldeota, 60000, fone 224.4066.
- NEM (Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher). Rua Monsenhor Furtado 431, Parque Araxá, 60000.

FLORIANÓPOLIS - SC
- Vivências. Rua Araújo Figueiredo 15/1003, Centro, 88000, fone 23.0487.
- Amálgama. Rua Antenor Moraes 146/01, Bairro Bom Abrigo, 88000, fone 44.5026.

GOIÂNIA - GO
- CEVAM (Centro de Valorização da Mulher). Av. 24 de outubro 1240, 74000, fone 233.2988.
- Grupo Eva de Novo. Rua 233, nº 118, Setor Universitário, 74000, fone 261.1572.
- Grupo Feminista de Estudos. Av. 85, nº 1440, Ed. Serra do Mar/304-A, Setor Marista, 74000.

ITABUNA - BA
- Grupo de Mulheres de Itabuna. Rua São Marcelo, 215/301, 45600, fone 211.4978.

JOÃO PESSOA - PB
- Grupo Feminista Maria Mulher. Rua Airton Martins da Silva, 83, Conjunto Castelo Branco II, 58000 fone 226.1634.

JUIZ DE FORA - MG
- Centro da Mulher Mineira. Rua Brás Bernardino, 155, 36100, fone 212.5179.
- Grupo de Mulheres. Rua Alfredo Piquet 237, Bairro Santos Anjos, 36100.

LINS-SP
- Movimento de Libertação da Mulher. Caixa Postal 285, 16400.

LONDRINA-PR
- Frente Democrática da Mulher Londrinense. Rua Pará 310, 86100.

MANAUS-AM
- Comitê da Mulher Universitária de Manaus. Rua José Paranaguá 515, 69000.

NATAL-RN
- Centro da Mulher Natalense. Rua do Sul 264, 59000, fone 231-2553.

Com múltiplos interesses e atividades, a cada dia os grupos de mulheres multiplicam-se pelo país afora. Para facilitar o intercâmbio entre eles, publicamos aqui uma relação de seus endereços. Que inclui, imaginem, nada menos que 90 grupos... A lista — elaborada com base nos endereços enviados pelas próprias entidades ao jornal — certamente é incompleta, em razão do grande dinamismo dos movimentos. E, por falta de espaço suficiente, deliberadamente excluí os numerosos núcleos de mulheres em partidos políticos e sindicatos; as associações profissionais predominantemente femininas; e os grupos de trabalho temporários, criados em torno de objetivos específicos, como a luta pela construção de creches numa região ou a elaboração de uma pesquisa. Estes ficam para uma outra vez, assim como as correções e os acréscimos à lista agora publicada.

NITERÓI-RJ
- Centro da Mulher Brasileira. Rua Santa Rosa de Viterbo 321/201, 24000.
- Curso de Atualização da Mulher. Av. Estácio de Sá, 29, Icaraí, 25250.

NOVA IGUAÇU-RJ
- Coordenação do Clube de Mães. Rua Capitão Chaves 60, 26000.

OURO PRETO-MG
- Núcleo da Mulher. Centro Acadêmico da Faculdade de Farmácia da UFOP, 35400.

PORTO ALEGRE-RS
- Ação Mulher. Rua dos Guararapes 288/302, 90000, fone 32-1715
- Costela de Adão. Rua Barros Cassal 666/506, 90000.
- Liberta. Rua Henrique Dias 194/03, Bom Fim, 90000.

RECIFE-PE
- Ação Mulher. Rua Compositor Antonio Maria 58, Boa Vista, 50000, fone 231-6353.
- Casa da Mulher do Nordeste. Rua João de Souza 93, Madalena, 50000, fone 228-3319.
- Comitê da Mulher Operária. Rua José Paranaguá 515, 50000.
- Comitê da Mulher Universitária. Rua José Paranaguá 515, 50000.
- Redescobrir. Rua João de Souza 93, Madalena, 50000, fone 228-3319.
- Sociedade Brasil Mulher. Rua J. A. Silveira 188/202, 50000, fone 268-2373.
- SOS Corpo. Rua Prof. Antonio Coelho 134/202, 50000, fone 228-2993.

RIO DE JANEIRO - RJ
- APEM (Associação de Pesquisas e Estudo da Mulher). Rua da Matriz 82, Botafogo, 22260.
- Associação da Pastoral Universitária Bennet. Rua Marquês de Abrantes 55/207, Flamengo, 22230.
- Centro da Mulher Brasileira. Av. Franklin Roosevelt, 39/713, Centro, 20021, fone 220-5128.
- Coletivo de Mulheres do Rio de Janeiro. Caixa Postal 33114, 20000.
- Conselho Nacional de Mulheres do Brasil. Rua Barata Ribeiro 539/201, Copacabana, 22040, fone 257-9043.
- Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Rua Bulhões de Carvalho 514/101, Copacabana, 22081.
- Grupo Ceres. Rua Almeida Godinho, 12/102, Lagoa, 22471.
- Grupo Feminista do Rio de Janeiro. Rua Cosme Velho, 67/1103, Cosme Velho, 22241, fone 265-4745.
- Grupo de Encontro de Mulheres. Rua Timóteo da Costa 197/102, Leblon, 22450.
- Grupo Feminino de Pesquisa Cinematográfica.

Rua General Mariante, 108/202, Laranjeiras, 22221.

- Grupo Gesta. Rua Sebastião de Lacerda 70, Laranjeiras, 22240.

- Maria-Sem-Vergonha. Rua Visconde de Pirajá 550/1404, Ipanema, 22410, fone 239-7146.

- Movimento de Mulheres Profissionais em Direito. Rua Debrat 23/1316, Centro, 20030, fone 240-9130.

- NEM (Núcleo de Estudos sobre a Mulher). Rua Marquês de São Vicente 225, Gávea, 22453, fone 274-9922, R/331.

- Núcleo Feminino de Cultura. Rua São Clemente 155, Botafogo, 22260.

- Sociedade Brasil Mulher. Av. Rui Barbosa 762, Flamengo, 22250, fone 235-5587.

- SOS Mulher. Rua Evaristo da Veiga 16/1508, Centro, 20031 (endereço provisório).

SALVADOR - BA
- APEM (Associação de Pesquisa e Estudos sobre a Mulher). Rua Futuro do Tororó, 30, 40000, fone 243-4655.

- Grupo de Estudos sobre a Mulher. Rua Sabino Silua, 225/107, Ondina, 40000.

- Grupo de Mulheres do Cepes. Rua Chile, Ed. Brasília Xavier 1306, 40000.

- Movimento de Libertação da Mulher. Rua São Domingos Sérgio 16/301, Nazare, 40000.

- Sociedade Brasil Mulher. Rua Futuro do Tororó, 30, 40000, fone 243-4655.

SÃO LUÍS - MA
- Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís. Rua do Sol, 567, Centro, 65000.

SÃO PAULO - SP
- Associação das Donas-de-Casa. Rua Mandassaia 258, Cidade A.E. Carvalho.

- Associação das Mulheres Jany Chiriac. Rua Cardeal Arcoverde 2109, Pinheiros, 05407, fone 814.5773.

- Casa da Mulher. Rua Almirante Marques Leão 807, Bela Vista, 01330.

- Centro da Mulher Brasileira. Rua 24 de maio 188, sala 314, Centro, 01041.

- Coletivo de Mulheres do Departamento de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas. Av. Prof. Francisco Morato 1565, Jardim Guedala, 05513, fone 211.4511.

- Comitê pela Legalização do Aborto. Av. D. Pedro I 920/82, Cambuci, 01552.

- CIM (Centro de Informação da Mulher). Rua Dr. Cesário Mota Jr. 285, 1º andar, Vila Buarque, 01221.

- Frente de Mulheres Feministas. Rua Almirante Marques Leão 807, Bela Vista, 01330.

- Grupo de Ação Lésbico Feminina. Rua Fidalgo 548, Vila Madalena, 05432.

- Grupo F de Reflexão. Praça Vicentina Carvalho 22, Vila Madalena, 05447, fone 210.1780.

- GEM (Grupo de Estudos da Mulher). Rua Pedroso de Moraes, 569, sala 206, Pinheiros, 05419.

- Grupo de Teatro da Penitenciária Feminina. Rua Brigadeiro Galvão 296, Barra Funda, 01151.

- Nós Mulheres. Rua Alagoas 162/71, Higienópolis, 01242, fone 255.9575.

- Pró-Mulher. Rua Afonso Celso 575, Vila Mariana, 04119.

- Sociedade Brasil Mulher. Rua Cardeal Arcoverde 2109, Pinheiros, 05407, fone 814.5753.

- SOS Mulher. Praça Benedito Calixto 56, Pinheiros, 05406.

TERESINA - PI
- Movimento de Mulheres do Piauí. Rua Arlindo Nogueira 866, Sul, Centro, 64000.

VITÓRIA - ES
- Grupo de Mulheres de Vitória. Av. Marechal Campos 420/03, Bairro de Lourdes, 29000.

VOLTA REDONDA - RJ
- Clube Palmares. Rua 225, nº 149, Conforto, 27180.

- Grupo de Mulheres. Rua F 51, São Cristóvão, 27180.

- Grupo de Mulheres de Volta Redonda. Av. 7 de setembro 401, Atterrado, 27180, fone 42.8949.

XAMBIOÁ - GO.
- Grupo de Mulheres da Região de São Geraldo. Paróquia de São Geraldo, 77820.



Mulher brasileira - Bibliografia anotada - 2, da Fundação Carlos Chagas. Editora Brasiliense, 1981, 395 páginas, 1.200 cruzeiros.

Bibliografia anotada

Mulheres, "no melhor dos casos, naturezas bovinas", diz Zarathustra, sem o menor constrangimento, como quem faz uma concessão ao excluir as outras categorias de infra-humanos, ainda menos privilegiadas. Valorativa, distorcida, parcial, esta citação, entretanto, retrata um modo de ser, de parecer, de ser percebido com que o tempo, e o que se fez enquanto ele transcorria, nos conformou.

Assim, o estar aqui, esse existir concreto, limitado por uma rede de barreiras invisíveis, é um estar aqui histórico, cuja invisibilidade permanece, enquanto permanecerem opacas, confusas e veladas estas zonas de passado e presente, às quais estamos atreladas. Por isso, *Mulher Brasileira — Bibliografia Anotada*, que a Fundação Carlos Chagas realizou, tem um sentido de recuperação que vai muito além de seu valor enquanto documento e instrumento de pesquisa.

Constitui-se um ponto de referência para o conhecimento na área, e marca um momento de modo significativo, porque o torna concreto. Mais do que isto, descreve este percurso que é nossa própria história enquanto grupo, apontando para ela de diferentes perspectivas. É por isto mesmo que a obra tem valor enquanto postura.

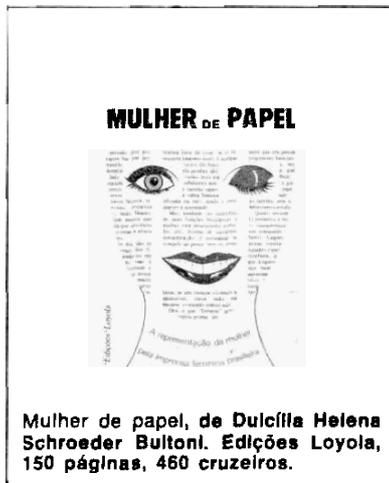
Selecionados os estudos e todo material disponível (artigos, teses autobiográficas, etc., até 1976) sobre a mulher nas áreas de Trabalho, Direito, Educação, Artes e Meios de Comunicação, foram elaborados resumos que literalmente contam, de modo quase coloquial, as conclusões dos autores. Apresenta-se também, em cada caso, o referencial teórico utilizado e sua relevância ou limitação. Assim, a obra permite acesso a diferentes leituras da realidade "mulher brasileira", o que equivale a um mapeamento daquelas influências que, ao que combinarem, produzem cruzamentos que não permitem casos.

Registra com fidedignidade a ação da cultura, da estrutura de poder, do sistema econômico, da ideologia dominante e dos aparelhos de repressão do Estado na determinação e manutenção de papéis sexualmente estabelecidos. Aponta também para os efeitos de sujeição pessoal, decorrentes de

uma representação de mundo coerente com os modelos impostos, o que seguramente se constitui na forma de opressão mais sutil e eficiente, porque mascarada por exigências supostamente pessoais.

Por fim, esse trabalho revela o curso da luta pelas brechas que, ao longo do tempo, criou este espaço dentro do qual nos movemos hoje, amplo ou restrito, ilimitado ou tacanho, dependendo de quem somos, enquanto cruzamentos que aconteceram e daqueles que fizemos acontecer.

Eliana Audi



Mulher de papel, de Dulcília Helena Schroeder Buitoni. Edições Loyola, 150 páginas, 460 cruzeiros.

Mulher de papel

O eterno feminino sempre foi assim. Citando Barthes, Dulcília Buitoni mostra que o mito da mulher — essa mulher no singular, que paira acima de tempo, espaço e contexto social —, como todos os mitos, constitui um "reflexo social que inverte, transforma cultura em natureza, social em cultural, ideológico e histórico em natural".

A grande contribuição de *Mulher de papel* é precisamente demonstrar a veracidade desse conceito e comprovar a presença e a eternização do mito através da imprensa feminina. Dulcília Buitoni mostra cuidadosamente como essa imprensa desvincula as mulheres de sua época e de seu contexto, transformando-as em seres à parte, independentemente de circunstâncias concretas, cavando cada vez mais profundamente o fosso entre qualidades ideais femininas e realidade.

Pois não se trata de uma imprensa informativa. Ela é formativa, integrativa e mesmo psicoterápica: funciona, muitas vezes, como válvula de escape para a opressão, minimizando o conflito social pela sensação de intimidade, de conversa de amiga. O colóquio amistoso marca a imprensa feminina desde os tempos em que, em vez de tu ou "você", ela usava "vós". Essa intimidade lingüística ajuda a passar conceitos, cristalizar opiniões, tudo de um modo tão natural que praticamente não há defesa.

"A razão não se arma para uma conversa de amiga", explica Dulcília, lembrando a curiosa coincidência de que a publicidade também usa esse mesmo tipo de linguagem. O que, aliás, não é nada surpreendente, pois a

outra grande característica da imprensa feminina é a obsessão do novo, do moderno, que se acentua de maneira flagrante a partir dos anos 40 deste século, período que Dulcília denomina "era da consumidora" — o ser feminino interessando apenas pela sua capacidade de consumir.

Dulcília Buitoni estende-se sobre essa questão do novo, mas seu pensamento não é inovador: ela limita-se a aplicar criativamente, sobre os resultados de suas pesquisas, conceitos produzidos por autores europeus ou norte-americanos. Mas tem o mérito de ser exercido sobre a evolução da imprensa feminina brasileira, que é farta e deliciosamente ilustrada, sem esquecer de situar essa evolução no contexto social em que ocorre, ainda que em rápidas pinceladas.

Assim, em *Mulher de Papel* fica-se sabendo da existência de uma certa Francisca Senhorinha da Mota Diniz, redatora de *O Sexo Feminino*, que, em 1875/77, opôs-se à denominação de "bello sexo", típica das publicações do gênero na época, e lançou-se na batalha de reivindicar direitos para a mulher, escrevendo coisas como esta: "Não queremos representar na sociedade o papel de adorno dos palácios dos senhores do sexo forte (...). (...) Nos tratando de rainhas só nos dão o cetro da cozinha, da máquina de procriação, etc., etc."

Entre dois textos introdutórios e um de conclusões, Dulcília Buitoni enumera oito formas de representação da mulher ao longo do tempo, analisando textos exemplares extraídos de publicações femininas. De leitura fácil, *Mulher de Papel* é mais um esforço para a compreensão do mito que nos envolve em rendas cor-de-rosa desde que nascemos e, por isso mesmo, uma contribuição de importância para a luta das mulheres.

Leda Beck



Os crimes da paixão, de Mariza Corrêa, Editora Brasiliense. Coleção Tude é história, 85 páginas, 190 cruzeiros.

Os crimes da paixão

Paixão e honra são temas frequentes na sociedade brasileira e periodicamente ganham os tribunais de júri associados a crimes que ocupam grandes espaços na imprensa: os chamados crimes passionais, como os assassinatos de Jô de Souza Lima, de Ângela Diniz, de Eliane de Grammont e

Christel Arvid Johnston. O livro de Mariza Corrêa se propõe a investigar as regras do jogo que preside os julgamentos destes crimes. Paixão e honra podem absolver alguém?

A autora mostra que, na vigência do Código Penal de 1890, homens e mulheres que possuídos pela paixão matavam seus companheiros eram vistos sob ângulos diferentes. Os homens eram absolvidos porque se considerava que, ao matarem "por amor", estavam dominados por uma loucura momentânea. As mulheres também eram absolvidas, mas por serem consideradas irresponsáveis.

O Código Penal de 1940 (ainda em vigor), estabeleceu num dos seus artigos que "a emoção ou paixão não excluem a responsabilidade criminal". Criou-se, então, fora do Código, a legítima defesa da honra.

Através de uma documentação rica, Mariza revela como o advogado Evaristo de Moraes desenvolveu o argumento de que a paixão amorosa é uma paixão social, fazendo do crime passionnal não uma aberração mas uma reação provocada pelo sentimento de defesa dos valores individuais e familiares de homens honrados. A defesa da honra se associa à noção de homem de bem.

Mas, nas mulheres, a paixão deixa de ser uma manifestação de irresponsabilidade para se transformar numa desobediência às normas sociais, numa ruptura com o modelo da mãe de família, da esposa abnegada, terna e sofrida.

O estudo mostra esta relação estreita entre as regras do jogo legal e as normas sociais, muitas vezes implícitas, incorporadas ao senso comum e ao dia-a-dia, mas nem por isto menos rígidas. Os símbolos sociais são ao mesmo tempo padrões de classe: o homem de bem e de bens, e a mulher fiel, respeitosa, submissa.

Assim, Mariza Corrêa desvenda o terreno em que se assenta a violência e que pretende muitas vezes desculpá-la: a repressão contida na sociedade que pretende modelar homens de bem e almas danadas e que faz do amor uma violência.

O livro traz às leitoras e leitores, e em especial aos SOS Mulher que começam a povoar as cidades brasileiras, uma contribuição que rompe a paralisia daqueles que justificam o crime usando os mesmos modelos com que a sociedade alimenta estes crimes,

e a hipocrisia dos que se escondem sob a falsa isenção de que punir é inútil.

Não se trata só de pedir aos algozes a punição de seus crimes, mas de denunciar os rituais com que a sociedade pretende exorcisar seus próprios demônios. Mudando o jogo, mudam-se também suas regras.

Elizabeth Sousa Lobo



Vida de mulher, de Maria Quartim de Moraes e Maria Mendes da Silva. Editora Marco Zero, Coleção Dois Pontos, 1981, 114 páginas, 280 cruzeiros.

Vida de mulher

Duas Marias, duas mulheres, dois depoimentos. Uma socióloga, família burguesa, casamento de amor, militante política, feminista: Maria Moraes. A outra, migrante, empregada doméstica, mãe solteira, operária e militante sindical: Maria Mendes da Silva. A primeira mais próxima de mim, conhecida na origem e na presença; a segunda, distante, do outro lado da sociedade, meu conhecimento sobre ela é apenas teórico.

Paradoxalmente, é mais fácil começar pela segunda Maria, aquela para quem a dominação coloca-se concreta, violenta.

Seu depoimento torna clara a ligação existente entre a condição feminina e as formas que assume a exploração na fábrica. A opressão do controle inflexível do tempo traduz-se, para ela, na impossibilidade de manter um ritmo mais lento nos dias em que está menstruada; nos raros três minutos para usar o banheiro sujo, com o supervisor controlando de perto; na chantagem dos chefetes, que exigem

inclusive a submissão sexual de suas subordinadas...

A partir desse tipo de opressão, a descoberta de seus direitos de mulher surge junto com a consciência de classe. É no sindicato, na greve, na São Bernardo de 79-80, que a Maria operária vai crescendo como lutadora. O fato das coisas surgirem juntas não elimina as contradições. Ela denuncia tanto o machismo do companheiro do sindicato, que proíbe a mulher de participar de reuniões, como o machismo que está dentro da cabeça das colegas, que se apegam ao ideal de "rainha do lar". Os departamentos femininos dos sindicatos são também combatidos: por que não existem departamentos masculinos, pergunta ela?

Entretanto, na questão do aborto, Maria não consegue ainda perceber todos os problemas envolvidos. Aparenta com clareza a necessidade de melhores condições de vida que permitam uma real opção para a mulher que engravida. Mas coloca-se contra o direito de abortar, adotando uma posição semelhante à da Igreja.

Do outro lado da cidade, uma outra Maria também enxerga contradições na prática de grupos de ação. Longe do sindicato, no interior de grupos de mulheres que pretendem superar sua opressão específica, reaparecem as mesmas práticas autoritárias, manipuladoras, carregadas de ambições pessoais e desrespeito pelos outros que caracterizam o mundo dominado pelos homens. Através dos vários textos esparsos que compõem seu depoimento, Maria Moraes vai reconstruindo toda trajetória da reflexão feminista: em cada etapa, a negação dos pedaços de machismo escondidos dentro de nós e a descoberta de outros, insuspeitados...

Misturada a tudo isso, sua própria história, que ela nos deixa entrever mais de perto, em alguns momentos. Na redescoberta do afetivo, na revalorização das emoções, ressurgiu forte a dor pela perda do homem com o qual se casou há mais de 15 anos, assassinao pela repressão militar.

Maria, de tudo que você escreveu, quatro páginas me tocaram de um modo especial e não me largam mais. Nelas uma mulher fala, afinal sem censuras e racionalizações: do meio dos legumes, das frutas compradas na feira, brota insuportável a saudade do marido morto. Como você vê, esta resenha acabou terminando como uma carta...

María M. Malta Campos

LANÇAMENTOS

● A Editora Semente lança em março o livro **A operária metalúrgica**, de Rosalina Santa Cruz Leite. A pesquisa que Rosalina realizou entre metalúrgicas de São Paulo é um documento fundamental sobre a condição operária feminina no Brasil, abordando o trabalho na fábrica, a família, a sexualidade e a política. A mesma editora prepara uma antologia de textos sobre as mulheres, a política e a esquerda, com artigos de Emma Goldmann, Jacqueline Heinem e Anne Tristan, entre outras.

● A Editora Hucitec lançou

nova edição de **Mulheres espancadas: fenômeno invisível**, de Roger Langley e Richard Levy, que fazem um amplo levantamento sobre a violência familiar da qual a mulher é, secularmente, a maior vítima. O livro tem prefácio de Heleieth Saffioti e custa 700 cruzeiros.

● O Centro da Mulher Brasileira — Rio de Janeiro elaborou mais um caderno (o primeiro foi **A dominação da mulher**), chamado **Mãe, filha, mulher**. Trata-se de uma espécie de cartilha, com muitas ilustrações e texto bem acessível, sobre a saúde e a sexualidade feminina. O ca-

derno foi preparado pelo Grupo Mulher e Saúde do Centro.

● Uma importante publicação foi agora traduzida para o português: **O matador de bebês (The baby killer)**, que faz um amplo levantamento sobre os males causados pela mamadeira aos bebês do Terceiro Mundo. O livro foi publicado pela primeira vez em março de 74, e deu início a uma campanha internacional pelo incentivo à amamentação materna. A tradução, sob a forma de folheto, foi feita pelo Centro de Pesquisas e Controle das Doenças Materno-Infantis de Campinas

(Cemicamp). O endereço do Centro: Caixa Postal 1452, CEP 13100 Campinas, SP.

● **Lugar de negro** é o mais novo lançamento da Editora Marco Zero, na Coleção Dois Pontos. No livro, Lélia Gonzalez, antropóloga, militante do movimento negro e do movimento feminista, mostra os avanços da mobilização dos negros brasileiros no combate ao racismo, e Carlos Hasenbalg, sociólogo, autor de vários trabalhos sobre discriminação racial, discorre sobre raça, classe e mobilidade social.

CLASSIFICADOS

PUBLICAÇÕES — Se você está interessada nas questões do aborto, contracepção, planejamento familiar, menopausa, condições de trabalho da mulher, etc, a Associação das Mulheres está colocando à venda publicações sobre estes temas. Venha até a nossa sede ou nos telefone. Temos também adesivos, cartazes e coleções dos jornais **Nós Mulheres e Brasil Mulher**. Os preços variam de Cr\$ 20,00 a Cr\$ 300,00. Se você não reside em São Paulo, escreva-nos solicitando o envio de um catálogo do material à venda para posterior envio mediante remessa de cheque em nome da **Associação das Mulheres**. Nosso endereço é: Rua Cardeal Arcoverde 2109, Pinheiros, CEP 05407, fone 814.575 3, São Paulo.

BERÇÁRIO VIRAMUNDO—Num espaço aconchegante e gostoso, com pessoas afetivas e preocupadas com o bem-estar físico e emocional da criança, o Berçário Viramundo tem um trabalho de formação com bebês de três meses a quatro anos, através do relacionamento intenso com adultos e outras crianças e através do brinquedo livre. Agimos baseados no princípio de que criança tem capacidade, ritmo, necessidades e direitos próprios que precisam ser respeitados. E isso começa partir do momento em que a criança é considerada como pessoa. Venha conversar conosco e conhecer o nosso trabalho. Berçário Viramundo — Rua Capote Valente, 510, Pinheiros, das 7:30 às 18:30 hs, fone 881.7488.

HERVA COMÉRCIO DE PRODUTOS NATURAIS LTDA — Mel, geléia, verduras, queijos, manteiga, roupas, cosméticos, Shampoo, perfumes, sachês, incensos — Rua Pinheiros 541, fone 881-2949, São Paulo.

O leão é machista



Um bicho pode ser machista? Pode! O leão do Imposto de Renda é, e muito. Mesmo que uma mulher tenha rendimentos próprios maiores que os de seu marido ou até o sustente, ele é considerado o "cabeça-do-casal". O que significa que só ao homem cabe o abatimento correspondente aos filhos, como dependentes, e a declaração de rendimentos comuns do casal. Um exemplo de situação injusta criada por essa disposição legal: a mulher paga a escola ou o médico de seus filhos, mas a dedução da despesa é feita sobre o rendimento do marido, e só ele receberá, se for o caso, a devolução do valor. As únicas exceções a essa regra ocorrem quando o marido estiver preso,

condenado a mais de dois anos de reclusão, ou internado louco. A mulher casada só pode apresentar declaração em separado se for casada no regime de separação de bens; sendo casada na comunhão de bens, apenas dos rendimentos de seu trabalho pessoal, ou de bens que possua gravados com a cláusula de incomunicabilidade. Ou seja, é tratada como um "contribuinte de segunda classe", vinculada obrigatoriamente ao marido em uma série de pontos. Não está na hora de trabalharmos pela igualdade de direitos também no campo fiscal? E de reivindicarmos a possibilidade de ter nossos maridos como dependentes, quando essa for a realidade?

AGITAÇÃO

● **Mariação** — Saiu outro número de **Mariação**, boletim do Grupo Feminista de Estudos, de Goiânia. Entre os vários objetivos do grupo está o de lutar por acesso amplo e representativo junto aos meios de comunicação de massa. Neste sentido, uma de suas atividades é a elaboração de quadros semanais para o programa "Mulher", da TV Anhanguera, com a apresentação de depoimentos e reportagens que denunciam a violência contra a mulher.

● **Direito limitado** — O medo de procriar está-se generalizando em Cubatão, cidade com grande concentração de indústrias em São Paulo, após a divulgação da notícia de que inúmeras crianças nasceram sem cérebro nos últimos anos, aparentemente por problemas genéticos causados pela poluição ambiental. Quando se vê o direito à maternidade limitado por problemas dessa ordem é que se verifica mais uma vez o quanto estão próximas as lutas dos movimentos feminista e ecológico.

● **Consulte** — O último número (novembro 1981) da revista **Resources For Feminist Research**, do Canadá, está excelente: trata-se de uma revisão internacional sobre pesquisa feminista nas diversas áreas do conhecimento incluindo não apenas referências bibliográficas de artigos e livros mas também de comunicações em congressos e seminários, informações sobre trabalhos em andamento além de uma atualização dos serviços

e periódicos feministas. Esta publicação encontra-se disponível na Biblioteca da Fundação Carlos Chagas. Assinatura: Resources For Feminist Research, Department of Sociology, Ontario Institute For Studies In Education 252 Bloor Street West, Toronto-Ontario, Canada.

● **Comunicação** — O que as mulheres estão pensando e fazendo para modificar os meios de comunicação? Esta é a pergunta que a publicação **1982/Index/Direct Ry Of Women's Media** procura responder. Trata-se de um vastíssimo índice anotado sobre pesquisa e atividades de mulheres ligadas aos meios de comunicação de vários países referindo-se ao período 1977-1981. É uma publicação do **Women's Institute For Freedom Of The Press** (2206 Ross Place, N.Y., Washington DC 20008, E.U.A.) e custa 8 dólares.

● **Casamentos Homossexuais** — O parlamento sueco, sob recomendação de uma comissão de estudos, está atualmente preparando legislação para regulamentar casamentos homossexuais masculinos e femininos. O fato foi comentado em **ILIS**, boletim de informações publicado bimestralmente pelo International Lesbian Information Service (ILIS, Pl 45, 00251 Helsinki 25, Finlândia).

● **Em busca de contatos** Uma brasileira que mora em Nova Iorque mandou para o **Mulherio** a seguinte carta: "Estou fora do Brasil faz quase dois anos. Neste período venho realizando pesquisas so-

bre a mulher pobre na Colômbia e recentemente a migrante colombiana em Nova Iorque. Especificamente, publiquei em 1979 um trabalho, pela Organização Internacional do Trabalho, sobre migração da força de trabalho feminina na Colômbia. Em 1980, pesquisei, junto com feministas colombianas, sobre o serviço doméstico em Bogotá. Estou terminando uma pesquisa iniciada em 1981, também com pesquisadores colombianos, sobre o trabalho da mulher pobre quando chefe de família e quando esposa. Vou desenvolver um capítulo sobre a mulher colombiana em Nova Iorque em um programa de pesquisas do "Center for Latin American and Caribbean Studies — New York University". Em todos esses trabalhos (há cópias de alguns deles na Fundação Carlos Chagas), venho tentando discutir as relações entre a exploração da mulher no mercado de trabalho e sua vivência no mundo familiar. Interessa-me muito a discussão sobre o "marianismo", ou a internalização e sustentação pela mulher da lógica patriarcal. Gostaria de me corresponder e de intercambiar material com feministas pesquisadoras com igual preocupação e também com aquelas que, como eu, se debatem nas dúvidas sobre como conciliar marxismo e feminismo ou se é por aí a questão. Meu endereço até julho de 82: Mary Garcia Castro, 2 Washington Square Village, suite N-10, Greenwich Village, New York, N.Y. 10012, USA".

Atenção, artistas!

Existe hoje uma nova artista criando uma nova imagem de mulher no Brasil. É para mostrar essa produção que o Teatro Ruth Escobar, de São Paulo, vai realizar o 1º Encontro Nacional de Mulheres nas Artes, em agosto. "Durante dez dias teremos em São Paulo um verdadeiro festival, acontecendo simultaneamente em várias galerias, salas de teatro e de cinema, livrarias, num laboratório de arte direta na Praça da Sé, mostrando a produção das mulheres na música, nas artes plásticas, na literatura, na dança, no teatro e no cinema", diz Ruth.

Paralelamente à mostra, será realizado um seminário onde serão apresentadas as visões sobre a questão da mulher em cada área artística representada, tendo como tema central o feminino no processo das transformações sociais. Para enriquecer essa discussão, trazendo o depoimento de suas experiências, serão convidadas mulheres que em seus países projeta-

ram-se como artistas e como personagens ativos da transformação da sociedade, como Jane Fonda, Melina Mercouri, Ângela Davis, Brigitte Bardot, Lina Vertmuller e Liliane Cavani, assim como mulheres cuja luta se dá no cenário latino-americano, como Hortensia Allende e Domitilla Barrios.

A equipe organizadora do encontro quer trazer para a mostra 1.500 mulheres de todos os Estados do Brasil, e pede ajuda para fazer um amplo levantamento de trabalhos artísticos das mulheres por todo o país, de maneira a garantir a representatividade do evento. Os requisitos para inscrição no encontro serão divulgados em breve, assim como a regulamentação do concurso que escolherá em âmbito nacional o cartaz de divulgação. Mas qualquer indicação de experiências artísticas locais deve ser feita desde já às organizadoras, no Teatro Ruth Escobar (rua dos Ingleses, 209, Bela Vista, São Paulo, fone 289.2358).

AGENDA

- O Instituto Simone de Beauvoir, da Universidade Concordia, Montreal, Canadá, vai promover, de 26 de julho a 4 de agosto deste ano, a Conferência Internacional de Pesquisa e Ensino sobre a Mulher. No Brasil, quaisquer informações a respeito do encontro e pedidos de participação poderão ser solicitados a Fanny Tabak, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher da PUC/RJ, à rua Marquês de São Vicente 225, Gávea, CEP 22453, Rio de Janeiro, ou pelo telefone 274.9922, ramal 331.

- A Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) realizará o seu XII Congresso Mundial no Rio de Janeiro, entre 9 e 14 de agosto deste ano. Dentro da vasta programação do Congresso, o Comitê de Pesquisa sobre Mulher e Política está organizando três painéis (sobre Mulher e Poder, Mulher e Sistemas Políticos e Família e Estado) e uma sessão especial (sobre movimentos femininos e organizações femininas). Para maiores informações, procure Fanny Tabak, no endereço acima.

- Ainda no mesmo endereço, as pessoas que vêm desenvolvendo estudos e pesquisas em torno do tema "mulher" poderão informar-se sobre a Associação Latino-Americana e do Caribe de Programas de Estudos sobre a Mulher (ALACEM), criada em novembro passado durante um seminário patrocinado pela Unesco no Rio (ver Mulherio nº 5, pág. 10). A ALACEM está aberta a adesões dos pesquisadores interessados. O Núcleo do Estudos da Mulher também está distribuindo uma cópia das outras conclusões e recomendações de seminário da Unesco.

- Planejar um sistema internacional de comunicações para as mulheres — este é o objetivo de uma conferência que será realizada em Washington, nos dias 17 e 18 de abril. Para maiores informações, escreva para a instituição organizadora: Women's Institute for Freedom of the Press, 3306 Ross Place, N.W., Washington, DC 2008, EUA.

Cantinho das letras

Walnice Nogueira Galvão

Um trecho do velho relato indígena do tempo em que as mulheres mandavam, recolhido pelos irmãos Villas Boas em Xingu — Seus Índios, Seus Mitos:

"... a mulher do chefe falou para as outras mulheres que elas não podiam ficar mais ali. Tinham de sair daquele lugar, porque os maridos não eram mais gente, estavam virando bicho. Todas as mulheres passaram a noite a conversar umas com as outras, sempre dizendo que não podiam mesmo continuar ali. A mulher do chefe falava sem cessar, dia e noite ela falava da necessidade de ir embora duma vez, de abandonar para sempre a aldeia. Todas, então, começaram a se apertar para partir. Passaram dois dias se arrumando, arranjando as coisas, preparando tudo: enfeites, colares, cordéis de algodão para amarrar os braços, todas as coisas de uso dos homens. A mulher do morereguat, primeiro que as outras, começou a se adornar com penachos, braçadeiras e colares, e a se pintar com urucu e jenipapo.

Depois de inteiramente ornamentada à maneira dos homens, começou a cantar. Só ela cantava, cantava sem parar. Cantando subiu até ao alto da casa e lá continuou cantando. Os homens que estavam na aldeia começaram a censurar, a xingar, mas a cantoria não cessava. Uma outra mulher, igualmente enfeitada, escalou outra casa e lá do alto começou a cantar também. Em seguida, sempre entoando os seus cantos, desceram as duas mulheres para a praça da aldeia, onde todas as outras, já adornadas e pintadas como homens, tomaram parte no canto. Ai começaram todas a passar veneno no corpo, para se transformarem em mamãe (espírito). Por isso hoje, no lugar onde residiam as Iamuricumás, ninguém pode tirar cipó, raiz ou outra coisa qualquer no mato. Quem fizer isso enlouquece e se perde para nunca mais aparecer."

ASSINE MULHERIO

Assine Mulherio e ganhe um exemplar de graça. O exemplar avulso custa Cr\$ 100,00, e a assinatura anual apenas Cr\$ 500,00 (para o exterior, o preço é de Cr\$ 800,00). Para assinar, envie um cheque nominal em nome da Fundação Carlos Chagas ao seguinte endereço: Mulherio, av. Prof. Francisco Morato 1565, CEP 05513, São Paulo, SP. Num papel anexo, relacione seu nome, endereço completo, profissão e telefone.

Você pode também aproveitar esta sensacional oferta: mande 10 pedidos de assinatura e ganhe de presente o 2.º volume da Bibliografia anotada sobre a mulher brasileira, livro recém-editado pela Fundação Carlos Chagas.



Iara Areias Prado
 "O feminismo é uma proposta que vai além da luta pela conquista da igualdade de direitos entre homem e mulher. Ou seja, não basta reivindicar salário igual para trabalho igual, construção de creches etc. O feminismo envolve também uma longa luta ideológica pela transformação das relações entre os dois sexos, onde está centrada a opressão feminina."



Foto Mária Carrião — Ag. F.4

Carmen da Silva
 "O feminismo não é um movimento de reivindicação, como uma greve. É uma revolução humanista, uma proposta de reviravolta nas relações humanas. E não se pode esperar grandes resultados a curto prazo."



Foto Mária Rimalho

Branca Moreira Alves
 "O movimento feminista não é uma organização, ele é essencialmente um aglomerado, um conjunto de grupos, atitudes até individuais, sentimentos, tudo isso faz o movimento. E isso é ao mesmo tempo sua fraqueza. Ele não se estrutura como uma organização central de mulheres, o que por um lado é muito bom, mas por outro dificulta o contato e a organização em termos políticos. Mas acho que não pode ser de outro jeito, na medida em que o movimento feminista recusa hierarquias."



Foto Fernando Pimenta

Heleleth Saffiotti
 "Feminismo para mim é uma atitude perante a vida, implicando necessariamente a exigência da eqüidade entre as duas categorias de sexo."



Rachel Moreno
 "O feminismo é a luta das mulheres por sua emancipação. Para que isso ocorra é necessário transformar toda a estrutura da sociedade, pôr um fim em todas as discriminações e opressões. Porque nós somos o negro do mundo: por mais oprimido que seja um cidadão, ele acaba sempre tendo alguém abaixo dele — sua mulher — em quem descarrega sua opressão."



Foto Nair Benedicto — Ag. F.4